

EDIÇÕES ANTERIORES - Volume 2

Poder e política

Org. Dalma Nascimento



EDITORA
ÁGORA DA ILHA



FICHA CATALOGRÁFICA

EDIÇÕES ANTERIORES VOL. II / Poder e política
Org. Dalma Nascimento
Editor responsável: Paulo França

Rio de Janeiro, dezembro de 1999
156 páginas

Editora Ágora da Ilha - ISBN 86854

Literatura brasileira	CDD - 869B
Ensaio em português	869.4

COPYRIGHT: Ágora da Ilha Livraria e Editora Ltda/Jornal
O Correio

RIO DE JANEIRO - RJ. TEL.: 0 XX 21 - 393 4212

DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À EDITORA. É PROIBIDA A REPRODUÇÃO
TOTAL OU PARCIAL DESTA OBRA SEM SUA AUTORIZAÇÃO EXPRESSA.

CAPA: Editora Ágora da Ilha. Ilustração: *Escravo*, do artista mexicano
José Clemente Orozco

RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1999

EDITOR: PAULO FRANÇA

EDITORIA ÁGORA DA ILHA - TEL.FAX: 0 XX 21 393 4212
E-mail agorailh@ruralrj.com.br

Agradecimentos

A edição do jornal “Para que serve o poder” teve a eficiente colaboração do antropólogo, professor José Sávio Leopoldi, da UFF, empenhado em contactar articulistas que discutissem questões relativas ao tema.

Para “O caldeirão da América Latina”, **O Correio** contou com o auxílio das professoras-doutoras Leila Roedel, de História, da UFRJ, e Márcia Paraquett, de Língua e Literatura Latino-americana, da UFF. Ambas convidaram especialistas e fizeram o copidesque de alguns textos.

Quanto à “África de Língua Portuguesa”, foi intenso o apoio da professora-doutora Carmen Lúcia Tindó Secco, coordenadora do Setor de Literaturas Africanas, da UFRJ, indicando nomes, enviando-nos informações sobre fatos históricos, além de copidescar textos de seus alunos e participar do processo editorial daquele número.

Para o “Brasil em transição”, a grande colaboração veio da doutora Maria Antonieta Leopoldi, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência, da UFF, e do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, ao sugerir o assunto e articulistas e selecionar textos de seus orientandos.

Aos professores acima mencionados, os agradecimentos da Editoria de **O Correio**.

O viés da Política

Para preservar a memória de significativos textos de antigos números de **O Correio** – um jornal cultural que, como um fórum de debate e pesquisa, visa a discutir temas de candente atualidade – o editor chefe deste periódico, Paulo França, com a lucidez costumeira, resolveu transformá-los em livros. O comprovado êxito do primeiro volume, intitulado *Tempo mítico*, com que foi aberta a coleção Edições Anteriores e do qual constaram os artigos publicados em “A fascinante Idade Média”, “Os caminhos do sagrado”, “Era uma vez” (sobre Literatura Infantil) e “O enigma do mito”, levou-o a prosseguir neste auspicioso projeto, certo das suas ressonâncias no pensamento crítico dos leitores, voltados para visões mais abrangentes em diversificados âmbitos do conhecimento.

Cada volume – e já estão programados mais de 15 – reunirá sempre quatro edições, havendo entre elas, apesar das diferenças dos temas discutidos, uma identidade radical articuladora em torno da qual os artigos, direta ou indiretamente, se congreguem. Assim, variados matizes de idéias diversas, mas convergentes, irão reviver, no amplo mosaico da coletânea, os passos e marcos de **O Correio**, este periódico de resistência, cuja atuação quinzenal ininterrupta completará quatro anos em abril próximo, quando será lançado o terceiro volume das Edições Anteriores.

Prosseguindo, pois, no propósito de analisar aspectos, por vezes submersos nas dobras, atalhos e avessos dos processos culturais, este segundo tomo versa sobre o Poder, seus signos e reflexos nos países emergentes da América Latina – Brasil e as nações de colonização espanhola – além dos recém-criados governos da África lusófona, ou seja, das cinco nações: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Sob o título

Poder e política, esta obra reproduz os escritos de “Para que serve o poder?” (Nº LXII) a que se uniram os das edições “Brasil em transição” (Nº LII), “África de língua portuguesa” (Nº LXI) e “O caldeirão da América Latina” (Nº LIV).

Ainda que os textos apareçam divididos nos blocos, pertinentes aos jornais específicos, em quase todos pulsa o mesmo intuito de pensar crises e conflitos étnicos, políticos, sociais e mercadológicos que turbilhonam e se espalham nesses territórios com situações tão semelhantes, ao conviverem com a democracia e a economia no fio da navalha. Dribles e maquiavélicos jogos da dupla moralidade com que o Poder se impõe de forma autocrática e perversa se dão a ler, explícitos ou nas entrelinhas destas escritas questionadoras diante de tantas injustiças e opressões.

Algumas das nações focalizadas ainda vivenciam golpes militares ou se lembram das recentes cenas dramáticas, onde o eterno fantasma do Leviatã dizimou vidas e sonhos. Entretanto, as elites ainda continuam encasteladas em preservados bolsões, enquanto os humilhados e ofendidos da Terra aguardam o que “Deus quer”. No caso do Brasil, a milagrosa cesta básica.

São veias pulsantes que não se fecharam no sangrante corpo social da América Latina e da África portuguesa em incandescente ebulição, à busca de um Pai Salvador com utópicos desejos de preencher carências fundamentais. O fervilhante caldeirão latino-americano, onde se cozinha o passado e se tempera o futuro com os condimentos do presente, continua no impasse: Mercosul ou Alca? Há dois anos, em Santiago do Chile, houve a reunião da Cúpula das Américas com 34 países participantes, exceto Cuba, mas permanece um grito parado no ar: quais as suas diretrizes colocadas em prática?

Por tudo isso, no calor da hora, o presente livro *Poder e política* vem remexer neste caldo cultural, reeditando reflexões que provaram/provocaram novas receitas e temperos e engrossaram poções/soluções revitalizadoras para nossa América desnutrida. E em meio a tantas polêmicas, constata-se que o mundo se transforma. A Europa ficou pronta para o euro, porém o continente americano fervilha em encruzilhadas, aguardando insuspeitados rumos.

Assim também, as ex-colônias portuguesas da África, entre

elas, Angola, que atualmente vive fortes convulsões políticas. Em Guiné, o conflito voltou e o país continuamente se encontra num caos. Moçambique e Cabo Verde estão com certa paz, tentando a reconstituição nacional, com intensas dificuldades. Nesta transição, conturbada e pletórica, as nações africanas de língua portuguesa lutam para sair do atraso, para afirmar-se em sua independência e reanimar as raízes, em grande parte, soterradas ou esmaecidas pelo sinete do dominador.

Portugal chegou à África na explosão expansionista do século XV, entretanto, preocupado com o tráfico negreiro, só colonizou aquelas terras em meados do XIX. De 1926 a 1974, a ditadura de Salazar exerceu nelas grande repressão, porém, nos anos 60, iniciou-se a guerra colonial contra o domínio português. Após 74, com a Revolução dos Cravos e a conseqüente queda do ditador português, são proclamadas as independências das colônias, à exceção de Guiné-Bissau, ocorrida em 24 de setembro de 1973. A de Moçambique deu-se em 5 de julho, a de São Tomé e Príncipe em 12 de julho e a de Angola em 11 de novembro, todas no mesmo ano. Tais revoluções, de orientação marxista, foram lideradas por Agostinho Neto, de Angola, Amílcar Cabral, de Cabo Verde e Guiné Bissau, e Eduardo Mondlane, de Moçambique.

Embora este livro das Edições Anteriores tangencie questões político-sociais da corajosa África lusófona em seus “caminhos e descaminhos de utopias e resistência”, a maioria dos textos, publicados na edição de 22 de agosto de 98, neste livro reeditados, centrou-se, sobretudo, em discussões sobre a Língua e a Literatura daquelas regiões. Duas razões nortearam tal enfoque: a oficialização da Nova Reforma Ortográfica dos Países de Língua Portuguesa, em Cabo Verde, a 17 de julho de 98, e a vinda ao Brasil, exatamente naqueles dias, dos escritores moçambicanos Mia Couto e Vírgilio de Lemos.

Já o número “Brasil em transição” tentou equacionar questões relativas ao cidadão brasileiro no terceiro milênio e os de-safios políticos a serem enfrentados para a transição do Brasil diante da globalização financeira e hegemonia americana. Discutiu possíveis reformas do Estado e do sistema financeiro, a política de telecomunicação, os novos parâmetros para a Educação e dos modelos industriais, o Mercosul e o empresariado, os rumos do Direito na

nossa sociedade num futuro próximo, o papel do Itamaraty na virada do milênio, além das agudas reflexões sobre o que se celebrar naquelas intenções mercantilistas dos 500 anos da invasão lusa em nosso território.

Em gamas multifacetadas, todas estas escritas em torno do Brasil nas teias do Poder possuem interações profundas com os artigos das outras três edições, espelhando uma realidade mais ampla e complexa. São itinerários que se cruzam, se explicam e se iluminam, instaurando o diálogo intertextual e convidando o leitor a co-participar deste instigante debate, a fim de que, com seu potencial crítico-criativo, ele também analise e repense os fundamentais problemas aqui verticalizados.

Pior do que a bomba atômica

Onde houver dois seres humanos, um tentará subjugar o outro. É a luta pelo poder. Para consegui-lo, o homem se vale de qualquer estratégia e impõe sua política. De vez em quando um governante vem a público dizer que comandar é uma tarefa difícil, solitária. Então, perguntamos: por que as pessoas arriscam tudo para alcançarem cargos? Para a grande maioria, a resposta é óbvia: pela vaidade de poder mandar e de ser obedecido.

Costuma-se dizer que o Brasil é abençoado por Deus, mas que não avança por causa do povo. E este mesmo povo é o responsável pela condução dos péssimos políticos em todas as esferas de poder. De fato, a classe média é quem faz política, a classe rica indica a maioria dos candidatos e a classe pobre elege os candidatos da classe rica, que nada têm em comum com estes eleitores.

O problema é agravado pelo baixo índice educacional do povo, gerado, em grande parte, pela pouca importância que os governos dão - deliberadamente, ou não - ao crescimento intelectual dos seus comandados. Assim, a televisão torna-se o mestre de milhões de brasileiros. E sua importância na política e na divisão do poder no Brasil é imensa.

Mas, como televisão é concessão pública, seus “proprietários” dirigem a programação para shows, esportes, entretenimento e notícias gerais, sem aprofundamento político. Deste modo, evitam atritos com o Poder que lhes concedeu a transmissão e, de quebra, ainda ganham bilhões de reais em publicidade. Sem contar os favores. Só quem perde, claro, é quem paga por tudo isto, ou seja, o povo.

O poder da informação é superior ao poder político em si, fazendo prefeitos, governadores e presidentes, e destituindo-os

dos cargos, quando não mais servem aos negócios da política da comunicação. Sob o brilho da novela, dos jogos, dos programas de auditório e dos filmes, temperados com imagens da violência humana, que ultrapassam os pesadelos mais bizarros, e a fúria da Natureza, a televisão brasileira desinforma e dificulta a educação do povo. Com isto, o poder público e o privado unem-se na política de mandar no Brasil, desviando o caudaloso rio de dinheiro público para seus interesses pessoais.

O século XX será conhecido como a Era da Tecnologia, onde a comunicação evoluiu assustadoramente. Mas será, também, a Era da Morte, pois duas guerras mundiais, dezenas de outras entre países vizinhos e as civis, as piores de todas as guerras, levaram à explosão de bombas atômicas e ao fim da vida de milhões de seres humanos e demais criaturas no planeta. O século XXI, no entanto, pode ser menos traumático, e, para isso, os que detêm o Poder e controlam a Política precisam ser mais voltados para a coletividade.

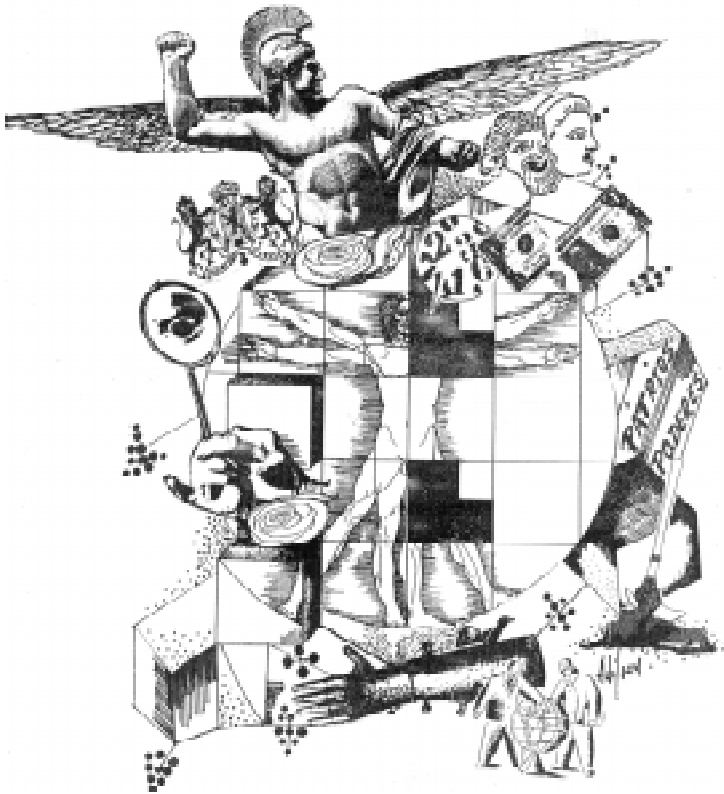
O que se vê, contudo, são fusões aceleradas de poderosos manipuladores da mídia mundial.

E isto é pior do que a bomba atômica.

Parte I	
Para que serve o poder?	13
Parte II	
O caldeirão da América Latina	49
Parte III	
África de língua portuguesa	87
Parte IV	
Brasil em transição	131

PARTE I

Para que serve o poder?



Índice da Parte I

O poder e a definição de política Eduardo Raposo	17
O simbolismo mágico do poder José Carlos Rodrigues	19
Poder e chefia na sociedade indígena José Sávio Leopoldi	21
Poderes distantes, arrogantes e triunfantes João Luiz Duboc Pinaud	23
O poder escondido Léa da Cruz	25
Eleição e cidadania no Brasil José Eduardo Pereira Filho	27
Até não poder mais Lena Jesus Ponte	29
Os matizes do poder Lauro Gomes de Araújo	31
Meu anarquista favorito Latuf Isaías Mucci	33
Poder e vigilância José Lisboa Mendes Moreira	35

O paletó do governador Lula Basto	37
Cuidado com os picaretas Sérgio Caldieri	39
O poder como personagem na Literatura Infantil Márcia Lisboa	41
A faixa presidencial Jorge Picanço Siqueira	43
A encenação do poder Isidoro Alves	45
A coruja e a fênix José Américo de Lacerda Júnior	47

O PODER E A DEFINIÇÃO DE POLÍTICA

Eduardo Raposo

A política vem sendo definida, através dos tempos, por diferentes referências teóricas e históricas. No que concerne à nossa tradição ocidental, depois de sua inaugural inserção no universo reflexivo da Antigüidade Grega, é considerada como a afirmação da interdependência do cidadão para com a sua cidade, espaço onde recebe sua educação, realiza sua vocação e encontra seu significado mais amplo.

É assim que chamam de *idiotés* o cidadão solitário e egoísta que não oferece nenhuma contribuição à cidade e, portanto, aos seus semelhantes. Tal concepção – segundo a qual se descrevia mais o que os homens deveriam fazer (colaboradores da cidade) e menos o que por vezes faziam (estrategistas de seus próprios benefícios) – atravessa a Antigüidade Grega e a Idade Média, desembocando no Renascimento.

A partir de então, Nicolau Maquiavel inaugura um extraordinário trabalho – prosseguido e desenvolvido por autores dos séculos posteriores – no sentido de rever o significado do “espírito político”, o que nos levou a descobrir e reconhecer dimensões e características, até àquela época, inéditas do que se havia pensado sobre política. Toda uma literatura passa a dedicar-se a refletir mais sobre a eficácia da política e menos sobre a razão moral. Pelas contribuições que, desde então, foram fornecidas, a política continua a ser objeto de diversas concepções, todas, porém, convergindo para a noção de poder em seu sentido mais específico. Na origem dessa concepção de poder encontra-se a separação entre governantes, líderes e liderados, o que se manifesta nas sociedades modernas através de um vigoroso processo de divisão social do trabalho e na esfera pública, da construção do Estado e dos sistemas, cada vez mais institucionalizados.

A noção de poder ganha enorme pluralidade ao ser associada às ideologias, às utopias, às esperanças, às revoluções, mas também às grandes decepções e tragédias que marcam a História. A despeito das diferentes dimensões do conceito de poder, todas parecem reconhecer a importância de seu estudo para compreendermos o homem nas diversas sociedades que se formaram em nossa história.

A dinâmica do poder e da política constrói, constantemente, cenários desconhecidos. Nos tempos atuais, assistimos a uma inédita aceleração das inovações tecnológicas e das comunicações, com a diluição das fronteiras e das antigas referências a que fomos habituados, modificando, mais uma vez, o destino humano.

Eduardo Raposo – Doutor em Ciência Política, diretor, pesquisador e professor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.

O SIMBOLISMO MÁGICO DO PODER

José Carlos Rodrigues

Recentemente pudemos acompanhar pela imprensa que, quando do falecimento do Aiatolá Komeini, em meio a cenas de “histeria coletiva”, desmaios, auto-flagelações e mortes, “fanáticos” se digladiavam pelo privilégio de beijar a cadeira do sumo-sacerdote e de tocar em seu caixão. Os relatos davam conta de que locutores das rádios e televisões iranianas, em tom patético, imploravam: “Rios, parem de correr! Astros, parem de brilhar! Perdemos nosso pai!”

Com esta lembrança, quero chamar a atenção para um aspecto pouco considerado do poder: seu caráter de confluência entre o cósmico e o social. O poder existe porque toda sociedade está continuamente submetida às transformações da existência, porque está sempre ameaçada por incessantes turbilhões.

Diante dessas ameaças e provocações, a unidade da sociedade só é encontrável pela materialização de uma imagem auto-imposta. Esta só pode ser obra de um poder que recorta a sociedade e a delimita; de um poder que desenhe, para todos e para cada um, o rosto próprio da comunidade. No seu querer viver, toda sociedade é essencialmente um poder que a destaca dos fluxos infinitos do que não é ela. Um poder que a protege daquilo que é contra ela.

Toda sociedade se constrói contra o que a mutila, contra o que quebra o curso normal das coisas, contra o que ameaça sua coesão e sua solidariedade. Como unidade que visa a produzir e preservar sua diferença, toda sociedade é um sistema de poder, um complexo de aparatos e de dispositivos mágico-simbólicos que se opõem ao contra-poder do caos e da entropia.

O poder, em todas as sociedades, é da ordem do mágico e do sagrado. Não é na mera sociologia ou política que ele adquire

sentido. Ele não se resume a suas dimensões mais “históricas” e circunstanciais. Não se restringe a algo disputado e conflitual. Não se esgota nisso que normalmente chamamos de “político”.

O poder é, essencialmente, aquilo que define um certo consenso quanto àquilo que será objeto de disputa. Que estabelece uma certa concordância a respeito de quais serão as regras do discordar. Que define os pontos sobre os quais será possível competir. O poder, sobretudo, é aquilo que realiza a proeza de reunir, no mesmo todo simbólico e afetivo, o explorado e o explorador, o senhor e o escravo. E esta proeza é muito mais freqüente do que costumamos reconhecer.

É importante ter em mente estes pontos, especialmente em contextos como o atual, em que, por todo o espectro político, candidatos e mais candidatos se proclamam dispostos a “mudar” ou “abolir” o sistema de poder. E também em circunstâncias em que, fazendo-se uso de gigantesco arsenal mágico e simbólico, materializado em discursos e propagandas, somos convidados a esquecer a natureza mágica e simbólica do poder. E levados pacificamente a aceitar a idéia de que o poder seja – ou deva ser – de caráter “técnico” e “racional”.

José Carlos Rodrigues – Professor titular do Departamento de Antropologia da UFF. Autor de *Ensaio em Antropologia do Poder*, Editora Terra Nova, 1992, além de outros livros, inclusive sobre a sexualidade e a morte num enfoque antropológico.

PODER E CHEFIA NA SOCIEDADE INDÍGENA

José Sávio Leopoldi

O poder, assim como acontece com a igualdade e a liberdade, só tem sentido se pensado em termos relacionais. Ou seja, é preciso haver outro(s) indivíduo(s) para que ele possa exercer-se. Mas, satisfeita tal exigência, sua presença se torna inevitável, pois nunca deixa de manifestar-se, quer entre indivíduos, quer nos vários grupos sociais, da família à sociedade como um todo.

Permeando relações pessoais, a questão do poder é geralmente tratada pelas áreas do conhecimento associadas à Psicologia. Já o estudo do poder político formalmente estabelecido e das instituições políticas que o tomam efetivo em dada sociedade, constitui objeto, por excelência, da Ciência Política.

À Antropologia Social, através do ramo específico da Antropologia Política, cabe o estudo do poder nas chamadas sociedades primitivas, tribais ou indígenas, em que ele se manifesta de maneira consensual, independentemente de leis escritas ou contratos formais para disciplinar a sua prática. Nessas sociedades, à falta de uma legislação que defina seus termos e limites, a questão do poder suscita interessantes discussões.

Há antropólogos que tendem a ressaltar os aspectos de equilíbrio, homogeneidade e igualdade que, a seu ver, seriam características essenciais dessas sociedades. Assim, consideram que nelas, a rigor, o poder não se concentra nas mãos de ninguém, nem mesmo do chefe. Ao contrário. Para eles, o que mostra um bom desempenho de qualquer chefia é exatamente a manutenção da paz pela conciliação que promove entre grupos em disputa, evitando uma cisão que sempre enfraquece o conjunto social. Sem poder de polícia, o chefe competente é aquele que se revela excelente negociador, conquistando o apoio dos indivíduos de maior

prestígio para suas propostas e buscando soluções palatáveis às partes em litígio, sem que ninguém se sinta irremediavelmente lesado.

Outros estudiosos, não discordando da natureza pacífica do trabalho da chefia, no entanto, percebem que a posição do chefe indígena se reveste de um poder que é tão eficaz, quanto dissimulado. Afinal, o prestígio e a capacidade de convencer, necessariamente associados ao papel do chefe, podem operar no sentido de facilitar a tomada de uma decisão ou o encaminhamento de uma proposta favorável a seus interesses pessoais ou aos do grupo ao qual esteja mais ligado.

Direito à poliginia

Além disso, é comum observar-se que um dos privilégios dos chefes é a prática da poliginia, ou seja, o casamento com mais de uma mulher. Nesse caso, eles acabam possuindo uma família maior do que a dos outros indígenas, o que resulta em maior importância e mais numerosas alianças com outros grupos, resultantes do casamento entre seus filhos e filhas.

A força desse conjunto de indivíduos, próximo à chefia, indubitavelmente fortalece a sua autoridade. Grande parentela em torno do chefe acrescenta, portanto, ao domínio de que ele já desfrutava, um poder de fato que inapelavelmente se traduz em força política, contaminando o exercício da chefia em termos de isenção. Afinal, seu grupo de apoio tem sempre interesses específicos e reivindicações que não podem ser ignorados, o que torna evidente a dificuldade do desenvolvimento de um trabalho completamente independente e imparcial.

José Sávio Leopoldi – Professor do Departamento de Antropologia da UFF, estudioso da sociedade e cultura indígenas, com tese e pesquisas de campo sobre o tema. Doutorando em Antropologia Social pela USP.

PODERES DISTANTES, ARROGANTES E TRIUNFANTES

João Luiz Duboc Pinaud

Remotíssima é a noção do poder democrático como resultado de aceitações recíprocas por parte dos governados. Platão, no *Criton*, menciona a Lei – e o poder que vem dela – como um quase-contrato.

Entretanto, no séc. XVIII, Jean-Jacques Rousseau é quem o caracteriza como um Contrato Social: todos – hipoteticamente – entregam parte da liberdade individual, construindo a vontade coletiva. Marx, já no XIX, desvendou as ligações econômicas dos jogos do poder político, marcando a distância, ou o antagonismo entre a força de quem manda e as necessidades de quem obedece.

A atuação política, para os gregos do séc. V e IV aC., por exemplo, era a participação pública, quando o poder, afastando-se do palácio real, deslocou-se para praça, tornada espaço comum de bem administrar a pólis. Tal pensamento permitiu desvendar que, na distância entre o governante e o povo, habita a diferença entre escravos e livres. Donde se infere que toda política de dominação, para se jogar no tabuleiro do xadrez político, precisa ser distante, arrogante, triunfante.

Deve afetar desconhecer os reais problemas, mistificá-los, humilhar os governados e desqualificar opositores. Deve acenar para mudanças, embora elas nunca cheguem, sacrificando uma geração por um futuro nem mesmo planejado. O resto é empenho popular, transitando “fora do poder”, mal informado e sem possibilidade de comunicações plenas.

No caso brasileiro, o governo, com seus mesmos economistas e políticos de plantão, usando a mídia que esconde as crises e as causas dos problemas, fica exonerado das culpas, dizendo ser

mundial a crise. E tudo se dissolve em discursos, simpáticos exercícios de demagogia (no exato sentido de guiar enganosamente o povo). Mas, relações econômicas desiguais acabam – cedo ou tarde – condenando-nos à estagnação e à miséria.

Nossa “dependência”, defendida na teoria e na prática pelo atual presidente, vem sendo veloz e impunemente agravada com a entrega criminosa da riqueza nacional. Mas os entreguistas neoliberais de hoje são tantos, contentes, arrogantes, triunfantes, governantes, que tais qualificativos soam até como elogio.

Enfim, é inútil concentrar bateria nas pessoas e absolver o modelo econômico, do qual elas são escravas. Ao cabo de contas, são apenas pessoas e só isso as aproxima dos governados mutilados, que nasceram, vivem e morrerão. Desaparecerão, como todos, na ordem das coisas, embora fique delas o bem ou o dano causados.

Fechemos, então, com os atuais gregos dos séculos V e IV antes de Cristo: submeter à deliberação a conduta a ser seguida significa “depositar o assunto no centro”, ficando, assim, o poder partilhado com o grupo presente, bem próximo, pois a praça era o espaço político. E, segundo a fórmula arcaica, o arauto convidava: “Quem quer trazer ao centro uma opinião prudente para a sua cidade?” E muito se devia discutir e deliberar. Alguma coisa como o votar em eleições próximas. Mas, imagine só, o arauto e os discutidores na telinha da televisão de agora!

Será que vão continuar todos salvos, inocentados, referendados, os poderes sorridentes, distantes, arrogantes e triunfantes neste jogo do xadrez político?

O PODER ESCONDIDO

Léa da Cruz

Após 30 anos, o movimento que eclodiu no mundo no final da década de 60 rendeu frutos. Não existem mais as cátedras, a ditadura, os excedentes nos vestibulares... Poderíamos afirmar que temos uma sociedade justa, igualitária e democrática? A relação de perguntas é interminável. São questões que inquietam, porque as respostas suscitam outras numa reação em cadeia, revelando enganos e omissões.

Recentemente, assisti a uma conferência de Teotônio dos Santos sobre direitos humanos e, ao tocar no comportamento dos jovens de hoje, sua observação foi: há um flagrante desinteresse dos alunos quando o assunto é a realidade social e política da sociedade. Por que a marcha dos valores individualistas frutificou de forma tão competente?

Apesar dos ares de democracia, a última metade do século torna um período especial. Se a História é a experiência vivida, este século se caracteriza como um tempo em que se produziu a barbárie. Está presente nesta lógica o não reconhecimento do outro e o desrespeito à diferença.

Sinais desta contradição são claros, tanto no comportamento isolado das pessoas, como no movimento político que se estrutura no mundo, com espaço para o neofascismo.

O fantasma do fascismo traz consigo uma forma de ver a vida apenas pela valorização da ciência e pela racionalidade tecnocrática. O que parecia ser um exercício de futurólogos se apresenta como verdade irrefutável: vivemos em um mundo administrado, embalado pelo individualismo, isolando os homens.

Pensamento único?

Respeito à diferença e à solidariedade parecem coisa do passado. Agora, mais do que nunca, nos vemos reduzidos às verdades únicas e inexoráveis. É o capitalismo ou o capitalismo, a globalização e só a globalização. Em que sentido a educação poderia vincular-se a este pensamento único?

Existe um traço conservador no presente e entraves para se construir uma verdadeira democracia. Na educação, torna-se importante olhar as relações que se estabelecem no âmbito institucional. Espelhos côncavos e convexos com imagens que convergem e refletem interações, que tanto podem significar democracia como submissão.

Eis porque está na ordem do dia a verdadeira emancipação, aquela que rompe com a tendência de os homens se associarem a personalidades autoritárias, seguindo-as como algo magnético. A educação assim pensada é campo de crescimento na verdadeira liberdade e na emancipação que constrói a identidade.

Há uma linha tênue, difícil de ser percebida e respeitada. Por isso, este é um espaço para refletir sobre tais questões que envolvem os submissos e amedrontados. Tal ocorre em instituições que repetem a dominação, substituindo a autoridade natural e autêntica do saber pelo autoritarismo. É a pseudo-liberdade.

Vale a pena refletir sobre isso. Com certeza, deve haver uma relação entre democracia que pensamos viver na educação com a que existe na sociedade.

ELEIÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL

José Eduardo Pereira Filho

Uma das temáticas mais discutidas nas Ciências Humanas, sem dúvida, é a do poder. Tomou-se consensual que não há vida social sem o exercício e a distribuição do comando político. Sendo assim, as sociedades e grupos sociais – de maneira formal ou informal – se organizam por meio de tal mecanismo.

No campo da Ciência Política, ressalta-se o clássico *O Príncipe*, de Maquiavel, onde, numa interpretação realista, o autor demonstra como, uma vez no comando político, nele permanecer. A máxima para garantir tal permanência é justificar os fins pelos meios através de refinada ação estratégica. Embora a ambiência histórica do autor italiano seja a de uma Itália fragmentada, renascentista, católica e não democrática, sua reflexão é mais do que atual.

Em outra perspectiva, *A democracia na América*, de Alexis Tocqueville, retrata a emergente e democrática sociedade norte-americana do século XIX, experiência única naquele momento histórico deste regime no Novo Mundo. Os EUA são um país que legitima o poder, tanto por meio da representação política e eleitoral, quanto pelo mecanismo da participação civil. Naquela sociedade, a democracia é permanente e solidificada em um infindável número de associações de toda natureza.

De lá importaram-se os modelos Republicano e Federativo, contudo, por herança não democrática, obtivemos outro resultado. A estratégia política brasileira emerge da rede de relações pessoais e não por meio de um cidadão impessoalizado. Nossa identidade política não se funda em um ideário para que todos partilhem dos destinos do corpo social.

Poder do chefes

Nos EUA, o Federalismo resultou numa relativa autonomia dos governos e comunidades locais. No Brasil tal princípio teve como consequência quase que exclusiva o domínio territorial e político dos chefes locais.

Aqui, a cidadania se expressa, momentaneamente, por eleições periódicas. Entretanto, nem por isso devemos deixar de apresentar nossas visões de mundo, através do escrutínio nas esferas federal e estadual, que ora se apresenta.

Mas é necessário ter, sobretudo, em mente que, além de delegar poderes, temos o poder de agir e participar da esfera pública, fato que diz respeito a todos os membros da sociedade.

José Eduardo Pereira Filho – Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF e professor da Faculdade de Belford Roxo e da Faculdade de Administração São José.

ATÉ NÃO PODER MAIS

Lena Jesus Ponte

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes”, que nos seja permitido sonhar com poderes maduros, na medida exata da doçura.

Poder ser alguém o mais próximo da gente mesmo, dos nossos escondidos, com direito a máscaras apenas para vivenciar fantasias. E querer bem aos irmãos em suas diferenças de peles, sexos, gostos, idéias, crenças, sentimentos... Poder ser chamado e chamar o outro pelo nome próprio, nome comum, sem senhor nem doutor nem professor, excelências apenas pelo fato simples de se nascer gente. Não ter poder sobre as pessoas nem estar submetido a qualquer jugo: o poderoso encanto do diálogo, do olho no olho, das mãos dadas. Poder dizer sim e não, sem que o mundo se acabe.

Poder ser menino todo dia, o mundo um eterno brinquedo, buscar o lado de lá dos muros, a face oculta da Lua, olhos sem limites, pele sem fronteiras, ouvidos sem divisas, língua para saborear todas as línguas. Sentir-se um pouco bicho, planta, mineral, coisa, privar da fraternidade cósmica. Poder sentir o caminho, os passos, o passar de tempo e espaço, o gozo de estar a meta em cada aqui e agora.

Poder incluir no *curriculum vitae*, lado a lado com experiência profissional e cursos realizados, o tempo dedicado ao descanso, ao lazer, ao afeto, ao prazer, aos cuidados com o corpo e a alma, ao cultivo das plantas e outras formas de vida. Poder não competir, não tomar-se homem de sucesso ou mulher objeto de todos os desejos. Respeitar seu ritmo, compor sua melodia, sem cronômetros, compassos, esquadros, moldes, modas, fôrmas, peças de engrenagem ou manuais de auto-ajuda. Poder preservar normas e cânones por uma reverência à tradição e

poder romper com todas as normas e cânones por um amor ao espanto, ao novo.

Poder viver a arte, viver com arte. Nascer e morrer num fluxo de permanência e renovação contínuas, mãos enlaçadas aos pais e aos filhos. Envelhecer tendo tesão pelas marcas e mudanças impressas no corpo, esse livro de histórias fantásticas. Sonhar todas as impossibilidades até chegar o dia do não-poder maior, libertador, definitivo (?).

OS MATIZES DO PODER

Lauro Gomes de Araújo

Há o poder da vontade e o da fé, o poder da arte enquanto manifestação do espírito e o poder das idéias. Há o poder da palavra e o poder do exemplo, como há o do amor e o da mãe-Natureza: com este o Homem brinca, desrespeita... daquele anda um tanto esquecido! Contudo, ao longo da tresloucada aventura humana no correr dos séculos o que mais parece haver é o poder do homem sobre outros homens e, nos dias atuais, valendo-se de uma formidável ferramenta suplementar: a informação.

Sem dúvida, informação é poder. Numa palavra: as elites que controlam a informação também controlam, por via de consequência, o arbítrio sobre a vida de milhões e milhões de seres humanos numa lógica alucinante. Os métodos de controle da opinião pública atingiram tal nível de sofisticação que passa a ser amplamente discutível o próprio conceito de democracia, vez que a manipulação, a tendenciosidade, o comprometimento, a barganha, tudo conspira na mão e na contra-mão de interesses dos quais jamais tomaremos conhecimento.

Assim, entendo oportuna a citação do grande romancista Morris West em *A fragilidade dos sistemas*, reflexão da qual transcrevemos parte: “Cada um de nós deve assumir plena responsabilidade pessoal na administração da sociedade. Nenhum de nós pode eximir-se dessa responsabilidade ou delegá-la à coletividade anônima. Temos de criar ordem em nós mesmos e em nosso meio. Não devemos criar um tirano que a imponha por nós. Devemos ser justos por nós mesmo – justiça pessoal, justiça social – antes que reclamemos justiça nos outros.

Temos de oferecer amor primeiro, ainda que o amor com que nos retribuam seja menos que o que esperamos. É esse o verdadeiro contrato social, sem o qual nenhum outro contrato

pode subsistir. Devemos considerar-nos responsáveis, pessoalmente responsáveis por tudo o que é feito em nosso nome por nossos representantes eleitos ou pelos funcionários públicos pagos com o dinheiro dos nossos impostos. Devemos protestar pessoalmente contra a legislação errada e o serviço infiel.

Temos que reconhecer que uma doença no organismo político é uma doença em nossos organismos e que nos cabe o dever de cooperar pessoalmente na cura. Se houver invasão nos direitos de outro, cada um de nós deve levantar-se para resistir à invasão. Quanto maior é o caso, quanto mais complexa é a questão, mais importante é ouvir a voz humana isolada acima do clamor do debate partidário.

Cada um de nós tem o direito de propor a sua orientação nas assembléias, de reunir-se livremente, de decidir pelo voto da maioria. Cada um de nós tem o dever pessoal de proteger os direitos da minoria. Cada um de nós tem obrigação de tolerância e compreensão, porque Deus usa uma face diferente para cada homem, porque todas as definições são insuficientes e queimar um homem em nome de uma fórmula é um ato bárbaro.

Cada um de nós deve respeitar a lei. Cada um de nós deve lutar para melhorar a lei, sabendo que ela é sempre menos justa, que é tanto uma arma quanto um escudo e que suas injustiças podem impelir os homens à desordem e à violência. Não há código completo; não há legislação que não possa ser contestada; não deve haver regulamentos que possam desprezar o seu objetivo fundamental: dispensar justiça numa comunidade de cidadãos livres capazes de se dirigirem. Não é um sistema que nos salvará. Somos nós mesmo que nos salvaremos, um por um, um a um, cada um a todos e todos a cada um.”

Lauro Gomes de Araújo - Escritor, membro da Associação de Pesquisadores de MPB e da Academia Niteroiense de Letras e vice-presidente da AABB/Niterói.

MEU ANARQUISTA FAVORITO

Latuf Isaías Mucci

Uma coisa é você ler sobre o anarquismo doutrina, de cunho utópico, fundada na absoluta liberdade do indivíduo “sem lei nem rei” que, associada a outros indivíduos, igualmente livres, constituiria uma “sociedade livre de pessoas livres”. Segundo o axioma de Proudhon, fundador francês do movimento anarquista, “quem quer que seja que ponha as mãos sobre mim, para me governar, é um usurpador, um tirano. Eu o declaro meu inimigo”.

De acordo com Bakunine, o niilista russo, “repudiamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, patenteada, oficial e legal, mesmo oriunda do sufrágio universal, convencidos de que ela jamais poderá funcionar senão em proveito de uma minoria dominante e exploradora contra os interesses da imensa maioria submissa”. Proclama o anarquismo: “Nem Deus, nem senhor!” Ou, como na lenda do naufrago espanhol que, aportado a uma ilha, teria, arfantemente, inquirido: “Hay govierno? Soy contra”. Outra coisa, muito outra, é você conhecer um verdadeiro anarquista, em carne, osso e revolta.

Dos maiores privilégios que tenho tido está, indelevelmente, o de ter conhecido e convivido com Pedro Paulo Mussi, professor da rede secundária estadual em Macaé-RJ. Ao me abordar, num belíssimo jardim macaense, encontrava-me sentado num banco, com um livro sobre os joelhos.

Apresentando-se também como professor, de chofre me declarou ter queimado todos os seus livros, guardando apenas *Os grandes escritos anarquistas*, antologia organizada por George Woodcock. Como pode um professor viver sem livros, indagava-me eu diante de tal gesto dadaísta.

Convivendo com o Pedro Paulo, fui entendendo e amando sua forma de vida. Ex-monge budista, tarólogo, comerciante de

sebo e brechó, artista plástico, poeta zen, empalhador, herborista – tudo exerceu revolucionariamente e com arte... Até greve de fome contra o governo praticou e distribuía, na rodoviária de Macaé, panfletos contra a política de educação, panfletos com crassos erros de vernáculo, o cúmulo da revolta sintática. Atingido na cabeça quando de covarde assalto, foi hospitalizado, mas fugiu, preferindo, aos 42 anos, como anunciou, “entregar seu corpo à terra”, num gesto humano, livremente humano. Impossível desenhar, em 35 linhas, o retrato anarquista de Pedro Paulo Mussi, cujo ícone ultrapassa a mera moldura de minha oceânica saudade.

Latuf Isaías Mucci – Doutor em Poética (UFRJ), mestre em Teoria Literária (UFRJ), mestre em Ciências Sociais (Université Catholique de Louvain – Bélgica), professor de Teoria da Arte na UFF, poeta e ensaísta.

PODER E VIGILÂNCIA

José Lisboa Mendes Moreira

“Mallarmé é uma metralhadora!”

Viviane Forrester, em *O horror econômico*.

Costuma-se dizer que o preço da liberdade é a eterna vigilância, mas devemos atentar que há duas modalidades de vigilância: a que se exerce dentro do círculo do poder e a ele serve, e a que se exerce do lado de fora e permite contrastá-lo. O símbolo da primeira é o Panóptico de Bentham*: no anel periférico se é totalmente visto sem nunca ver; na torre central vê-se tudo sem nunca ser visto.

Foi esse tipo de vigilância que sofreram os europeus sob o tacho nazista e os latino-americanos sob as botas militares. Hoje, na vigência do poder “democrático”, o controle policial das ditaduras tornou-se autocontrole introjetado, suple-mentado pela mídia comercial. Pinóquio tomou o lugar do Panóptico.

O papel dos “maquis” e “montoneros” de hoje não é empunhar metralhadoras: é armar-se com um pensamento crítico que possa reinventar, para o século XXI, o conceito de liberdade social em oposição à ditadura do pensamento único imposto pelo neoliberalismo.

*O Panóptico foi imaginado pela filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832) como modelo ideal para prisões e hospícios. É uma construção circular com uma torre no centro. O anel periférico é dividido em celas que se estendem da parede externa até a torre.

Cada cela tem duas janelas: uma que permite a entrada da luz exterior e outra, colocada na torre, de onde um vigia pode controlar tudo que se passa na totalidade das celas.

José Lisboa Mendes Moreira – Ex-diretor do Centro de Estudos Gerais da UFF e autor do livro *Síndrome do progresso*.

O PALETÓ DO GOVERNADOR

Lula Basto

Eram 14 horas de um sábado nos jardins do Palácio das Laranjeiras. Estava eu, juntamente com outras pessoas, aguardando a chegada do nosso candidato ao Senado. Sentia-me aborrecido com o acúmulo de carros que, estacionado ao redor do belo prédio neoclássico, desfiguravam o ambiente, e com a sufocante estação do ano: suávamos muito por conta do calor carioca.

Nesse momento, eis que desponta por debaixo daquela soleira o nosso tão aguardado candidato. Vinha acompanhado por grande número de aguerridos correligionários, os quais, “caminhando e cantando”, bradavam o refrão: “Viva o governador! Viva o governador!”

Naturalmente, a alta temperatura, ainda mais elevada pelo ardor da militância, fez com que o nosso candidato se sentisse terrivelmente incomodado com o paletó azul-marinho que trajava, o que o levou a fazer menção de livrar-se dele.

Porém, nem mesmo havia encaminhado as mãos à gola, eis que surge do meio dos feéricos *partisans* um indivíduo alto, magro, quase esquelético e portador de um protuberante bigode marrom: “Pode dizer, excelência, que eu ajudo!” Ao mesmo tempo em que segurava com mãos trêmulas o paletó do jovem político, vociferava entre torrentes de lágrimas: “Governador, meu governador!...”

O “governador” continuou em meio ao entusiasmo cortês em direção à escadaria do palácio, enquanto em sua retaguarda se instalava, impávido, o exultante cabo eleitoral, apertando devotamente o sóbrio paletó contra o peito. No semblante, o embevecimento de carmelita descalça que, “prende do amor divino”, “vive em Deus”.

Lembrei-me de duas máximas de Shiro Fujita, pensador e poeta

japonês: “A ausência da crítica e da autocrítica favorece perversões de poder”. E profetizava que o delírio do e pelo poder leva inexoravelmente ao “empavonamento”.

A perversão consistia em que aquele esfuziante serviçal, assim como fora também “amaralista” e “chaguista”, agora se autoproclamava cabo eleitoral do “governador” desde criancinha. A execrável figura do fisiologismo comezinho pululou descaradamente diante dos meus olhos através do mais desprezível oportunismo calculado.

Quanto à outra sentença, deixa-se perceber que o “empavonamento” traz em seu seio um devanear melancólico: é que enquanto a cauda se enfeita com o paletó, os pés chafurdam na lama do “puxa-saquismo”.

Ironicamente, porém, essa modalidade de gente, ainda que se esforce em aprimorar os seus truquezinhos baratos, será sempre um ser periférico no âmbito do poder. Por mais que tente se alçar às “benesses” desse poder, por mais que se esmere nessa direção, o retorno obtido jamais passará de migalhas, pois esse tipo de personalidade rastejante a ninguém inspira confiança. Crêem-se maquiavélicos sujeitos predestinados a polpudas fatias de um “bolo promissor, elaboram uma banal e grosseira fantasia, acreditando-se a “bola da vez”.

Mas, na verdade, não passam de deploráveis objetos, desempenhando a qualquer preço o papel da subserviência.

Obs. Jogo de cintura demais vira rebolado, já dizia a minha comadre Liginha.

CUIDADO COM OS PICARETAS

Sérgio Caldieri

As eleições se aproximam e os candidatos estão à procura de eleitores. Naturalmente, eles repetirão os mesmos discursos e farão mil promessas, aproveitando-se da memória fraca da população. A fim de evitar que uns carreiristas se elejam e depois debandem para outros partidos, de preferência na bancada da maioria governamental, algumas agremiações estão exigindo termo de compromisso de fidelidade. Geralmente, é a banda podre que muda em busca de vantagens.

Os cabos eleitorais, que trabalham para eles, também deveriam se precaver com um termo de compromisso para com seus companheiros de campanha. É muito comum se elegerem e depois não darem nem “banana” aos que o ajudaram.

Para quem já participou de uma campanha eleitoral e presenciou seu eleito se deslumbrar com os cargos comissionados de gabinete, sabe como a situação é lamentável. Exemplo desse fato é quando um vereador chega à Câmara Municipal e dá de cara com seu primeiro contracheque, no valor líquido de R\$3.200,00, com direito a 20 cargos comissionados em vários níveis e valores. Aí então, o tal vereador é procurado pelos seus companheiros de campanha para trabalhar, pois, afinal, ele não foi eleito sozinho e teve a ajuda de várias pessoas. O político fisiológico começa a dividir os salários entre funcionários para que possa agradar a gregos e troianos que, naturalmente, acabarão com apenas umas “merrequinhas”, visto que, para quem estava desempregado, já é alguma coisa. Acontece que, neste caso, o funcionário não pode reclamar ou denunciar, para não correr o risco de perder o emprego.

Na verdade, o cabo eleitoral só serve mesmo para fazer campanha, porque na hora de ser beneficiado ganha apenas “um cala

a boca” e que se dê por satisfeito. Sabe-se, porém, felizmente, que nem todos os políticos agem dessa forma. Alguns são honestos e tratam seus companheiros de campanha como seres humanos e com mais dignidade.

O PODER COMO PERSONAGEM NA LITERATURA INFANTIL

Márcia Lisboa

A crítica aos representantes do poder sempre esteve presente nos contos populares, fonte primeira da literatura infantil. Isto aconteceria porque o povo criava tais histórias sobretudo como estratégia de resistência cultural, meio de transmissão de valores e saberes. Nestes contos, gigantes, rainhas e reis despóticos são derrotados pelo herói, armado de coragem, astúcia e bondade ou por uma intervenção mágica, assinalando que há esperança para aqueles que sofrem sob o domínio de senhores poderosos e malvados.

No século XVII, La Fontaine – que não escreveu para crianças – usou as fábulas para denunciar os descaminhos da sociedade humana e os abusos dos detentores de poder e de força. As fábulas foram incorporadas à Literatura Infantil, e seus personagens sob a pele de animais tornaram-se paradigmas: o Rei Leão está no centro do poder e por isso é bajulado pela corte; a raposa é o cortesão astucioso; o tigre, o urso, o lobo são os poderosos que se valem da força bruta. Do outro lado do poder estão o asno, o cordeiro e a ovelha, representando os pobres, honestos e puros – as vítimas do poder.

Dando um grande salto no tempo, chegamos ao Brasil do século XX, mais precisamente à década de 70. Nesta época, a produção para crianças vive um período bastante fecundo. Num contexto de violenta censura, a produção para a infância foi um meio de representar metaforicamente o poder e de exercer uma crítica contundente ao estado autoritário.

Já que a Literatura Infantil é vista como um tipo de texto menor, engraçadinho e inócuo, os responsáveis pela censura não prestaram muita atenção ao que estava sendo dito ali. *O ciclo dos*

reizinhas de Ruth Rocha e a *História meio ao contrário* de Ana Maria Machado são clássicos deste momento em que, engajada na luta contra-ideológica, a Literatura Infantil é muitas vezes panfletária.

Além de denunciar o exercício ditatorial do poder, a Literatura Infantil também assumiu posições levantadas em maio de 68, na França. Assim, os textos para crianças são porta-vozes de uma nova ética e denunciam a educação pautada por estereótipos sexuais, o autoritarismo na relação adulto-criança, as injustiças da sociedade de classes e o preconceito racial – formas plurais de exercício do poder.

A FAIXA PRESIDENCIAL

Jorge Picanço Siqueira

Era um artista sonhador: sonhava com a glória, com a fama, esperava com ansiedade esse dia que, tinha certeza, chegaria. Pintava, dia e noite. Era só o que sabia fazer e fazia muito bem, mas era sem padrinho, sem pistolão.

Parece que chegou sua vez numa encomenda, a confecção de uma pintura com o retrato do presidente, do presidente eleito – por eleição indireta, diga-se de passagem. Mas a encomenda era urgente, era para o dia da posse: o presidente com traje solene e faixa presidencial.

Começou sua obra-prima. Pensou nos velhos mestres: primeiro, um projeto bem feito; só depois a ampliação definitiva e o acabamento rigoroso.

Trabalhou intensamente. Buscou fotografias do presidente – não podia vê-lo ao vivo, estava na Europa – mostrou a colegas, tudo bem, o projeto pronto, o início da obra final. Uma tela encomendada especialmente, linho puro, chassis de cedro, mão francesa, a tela com várias camadas de gesso e cola, camadas finas, secas na vertical e, por fim, uma camada de alvaiade. Tela branquinha, pedindo tinta. Tinta estrangeira. Material para 500 anos, como dizia a colega...

Foi na História da Arte. Estudou Ticiano e outros mestres. Tudo mentalizado, trabalho começado com mancha bem diluída como seu amigo de atelier sempre falava: “Primeiro manchar a tela, pintura muito rala, tinta dissolvida com terebintina e um pouco de óleo de linhaça seca mais rápido, não trinca, pintura de qualidade.”

Veio o acabamento: uma perfeição. Todo mundo gostando. Só faltava a faixa presidencial, o mais fácil. Mais fácil nada. Começou e nada de faixa dar certo, as tintas se embolando, sujan-

do. Seria a qualidade da tinta? Não adiantou nada, cada vez pior a faixa. Raspou e começou outra. Nada! A faixa não queria encaixar no retrato. O dia chegando, dia da posse. Dava tempo, mas a faixa não saía.

Veio a véspera. Usou secante, pintou durante a noite, de manhã cedinho entregaria o trabalho com faixa e tudo. Muita concentração e desespero até. O que estaria acontecendo? A faixa não dava certo. Não dava e não deu... Iria sem faixa mesmo, mas não poderia ser, tinha que ser com faixa presidencial. Exausto, não desmaiou. O trabalho pronto sem faixa, no dia da posse...

De manhã, só teve tempo de ligar o rádio e ouvir a notícia: “O presidente eleito não tomou posse, adoeceu. Doença de morte. O vice assumiu...”

O retrato – sem faixa presidencial – desapareceu. O artista abandonou as tintas para sempre...

A ENCENAÇÃO DO PODER

Isidoro Alves

O cineasta italiano Roberto Rossellini, no filme *A tomada do poder por Luiz XIV*, mostra o ritual de investidura do Rei da França com os símbolos concernentes à monarquia. O antropólogo inglês Max Gluckmann analisa as formas de encenação do poder no importante ensaio *Rituais de rebelião no Sudeste da África*, onde demonstra que aquele que assume também se submete, ritualisticamente, aos subalternos para então assumir plenamente no domínio político. Maianowski, autor do clássico *Os argonautas do Pacífico*, conta que entendeu melhor o kula – processo de trocas rituais entre os trobriandeses – ao se depurar no Museu Britânico com as jóias da Coroa Inglesa.

Para que estas serviam? Para que as vestes, o cetro e a coroa do Rei da França? Por que o chefe africano se submetia ao escárnio e à revolta simbólica de seus súditos? Em verdade, a ascensão e a posse exigem um complexo sistema de encenação, onde os símbolos do poder são colocados em cena. O poder é público e, portanto, exige que, publicamente, se represente. Tudo aquilo que seja capaz de indicar que ele vai ser exercido tem que condensar-se em um momento ou situação que defina a passagem de um estágio a outro ou sua afirmação ou reafirmação.

Todas as sociedades e os sistemas de poder desenvolvem as mais variadas formas de dramatização. É preciso dizer em certo momento – especialmente nas investiduras – quem o tem e que o exerce. Por isso, a exigência dos rituais e a manipulação de instrumentos simbólicos, tornado claro o processo. É assim que podemos falar de encenação, quando testemunhamos cerimônias que o sacralizam.

O ritual tem como função mostrar a sua excepcionalidade. O rei pode invocar sua origem divina, o governante jurar perante a

Bíblia, o chefe ir até a um local sagrado, o pontífice receber o cajado e celebrar a missa onde, no final, obtém a obediente reverência de seus cardeais.

Enfim, a encenação obedece a uma espécie de *script* implícito, no qual todos os elementos devem compor uma linguagem compreensível, com sua gramática e sua semântica.

Coroa, manto, fraque, cartola, faixas, cetros, cumprimentos, gestos de obediência, as festas, as recepções etc., todos reúnem a linguagem de encenação que define o âmbito e a sacralidade do poder. Este não precisa ser simplesmente exercido. É necessário que também seja encenado, seja um drama social.

A CORUJA E A FÊNIX

José Américo de Lacerda Júnior

Bactérias fabricam substâncias tóxicas e, expelindo-as em seus nichos conquistados, tratam de garantir o território. Árvores produzem toxinas em suas raízes para impedir o avanço de outras, consideradas concorrentes no mesmo espaço. Já os mamíferos utilizam várias formas e muitos rituais para demarcar seu lugar-no-mundo.

Disputas corporais, gritos, xingamentos e outras práticas menos nobres são recorrentes, quando se trata de fazer valer os direitos da conquista. Mesmo as longínquas e românticas estrelas dizem, travam batalhas ferozes: valendo-se de sua imensa densidade, curvam o espaço para engolirem-se umas às outras.

Com os humanos poderia ser diferente? Não. Até porque nascemos das estrelas. Inventamos rituais, cargos, hierarquias, deuses, estados e toda uma gama de instituições para governar nossas existências minguadas e atender à vaidade daqueles que, por neurose ou por maldade, realizam-se em mandar sobre os demais. Poder pra quê? De que serve essa externalidade gestada para que alguns pudessem brincar de governar a vida e a vontade milhões?

Não há como não recorrer a dois místicos, um taoísta e um cristão: Chuang Tzu e São João da Cruz. O primeiro conta-nos que o rei Hsiu estava apavorado, porque ouvira a notícia de que ele, Chuang Tzu, tramava um golpe para tomar o poder. Para prevenir tal coisa, o rei mandou caçar Chuang por todo o território e matá-lo. Chuang Tzu, sabendo da notícia, antecipou-se e foi até o rei: “Caro rei, você conhece a história da coruja e da fênix?”

“Não”, respondeu o outro. Retomou Tzu: “A fênix é uma ave nobre, que voa nas alturas; só pousa em algumas árvores sagra-

das, alimenta-se de comidas nobres e respira o ar puro das montanhas. Certa vez, uma coruja, toda suja de terra, comia um rato morto no chão. Quando olhou para o céu e viu a fênix passar, abraçou fortemente o rato, com medo de que a fênix pudesse roubá-lo. Mas esta, indiferente, seguiu seu caminho. Por que você pensa, coruja velha, que quero me intoxicar na podridão de seu cargo?”

São João da Cruz, após muitas perseguições e prisões, conseguiu a grandeza de alma de perdoar seus algozes e ainda formular uma mística que supera a simples resignação diante da vida. É ele o autor de uma frase lapidar: “Para o justo, não há lei.” Sim, o poder se afirma sobre nós todos, porque perdemos, em algum ponto da vida, a noção do justo e colocamos em seu lugar o famoso interesse próprio do liberalismo.

Aí, vêm uns filósofos ingleses e franceses e nos convencem de que precisamos de um poder para reger nossa vida social, um Leviatã que nos impeça de nos tornarmos uns lobos dos outros. Pura ficção! Lobos que são lobos não se comem mutuamente. Ao contrário, colaboram entre si para que a matilha sobreviva.

O poder exauriu nossa capacidade de sermos internamente justos e bons. Desta forma, damos-nos o direito de praticarmos delitos para que depois as leis nos julguem e, se formos afortunados em dinheiro, nos absolvam. É um Édipo muito mal resolvido, esse...

PARTE II

O caldeirão da América Latina



Índice da Parte II

Não me convidem para essa festa Márcia Paraquett	53
Globalização e neoliberalismo: uma democracia econômico-social para a América Latina? Hiran Roedel	56
Convivendo com a seca Sérgio Carneiro	57
Que continente é este? Lívia de Freitas Reis	59
Os atuais “democratas” Valeriano Altoé	61
Sem perder a memória Ludmila Catela	63
É preciso dizer não! Rivo Gianini	65
A dependência da mulher na América Latina Philomena Gebran	67
Sobre caldeirões, bruxas e livros Márcia Lisbôa Costa de Oliveira	69

Alca: contrafação de um ideal José Lisboa Mendes Moreira	71
Discriminação da Arte latino-americana Adílson Figueiredo	73
Afinal, até quando? Rubim Santos Leão de Aquino	75
A Argentina: uma possível mudança política Fernando Antônio da Costa Vieira	77
Teologia made in América Latina Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva	79
A Aliança da Europa com a América Latina Marcelo Ossandon	81
Cantigas de ninar: traços de uma identidade cultural Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento	85

NÃO ME CONVIDEM PARA ESSA FESTA

Márcia Paraquett

Entraremos no ano 2000 com 500 anos. A Rede Globo não nos deixa esquecer que, desde 1500, somos uma nação. Mas será que somos mesmo? Cada vez que o “plim-plim” me desperta para essa realidade, fico refletindo sobre nosso país e todos os outros que constituem a América Latina. E tenho concluído que não há motivos para festa.

Apenas para começar, é preciso que nos lembremos de que os povos que constituem nosso continente não chegaram aqui no ano em que os europeus nos descobriram. Já havia muita população por essas terras. Só no Brasil havia uma grande quantidade de tribos distribuídas em diferentes regiões, cada uma com seus próprios costumes. Na área conhecida hoje como América Central e México, concentravam-se civilizações tão progressistas que os espanhóis, mais conquistados que descobridores, trataram de inaugurar a disseminação.

Aliás, parece que essa tarefa, tão bem iniciada pelos nossos avós europeus, integrou-se de tal maneira em nossos hábitos que, até hoje, matar indígena é esporte preferido de alguns guerreiros frustrados. No ano passado, tivemos que conviver com as duras imagens daquele pataxó queimado vivo em Brasília. Afinal, aquele trapo humano que se protegia com folhas de jornal serviu perfeitamente para distrair alguns jovens da classe média, aborrecidos com a mesmice da televisão e com a falta de projetos sociais que os envolvam, convocando-os a serem cidadãos.

Faz pouco tempo também que, em Chiapas, sul do México, uma grande população indígena foi massacrada em nome do direito à terra. Aqueles invasores, segundo a opinião do exército, precisaram ser expulsos à morte para que se aprendessem a lição

de que a terra não é para ser tomada, mas sim conquistada.

Deixemos de brincadeira e pensemos sério. Falar em comemoração dos 500 anos de nosso país e de outros tão oprimidos como o Brasil deve ser falta do que fazer, ou necessidade de tampar o Sol com a peneira. Basta dar uma olhadinha nas caras de nossos “sem-terra” para descobrir neles o restinho dos traços indígenas em suas peles e olhos. Não é por coincidência que os conflitos se dão ao Norte do país. Não era lá que se concentrava o maior número de indígenas antes da chegada dos europeus? Suas terras foram invadidas pela grande “civilização” européia do século XVI e, hoje, não lhes resta outra coisa senão desaparecerem para não macularem uma imagem que, a todo custo, se quer manter

Por favor, não me convidem para essa festa!

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: UMA DEMOCRACIA ECONÔMICO-SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA?

Hiran Roedel

A América Latina chega, neste final de século, sem resolver problemas básicos de sua população. As precárias condições de saúde, educação, moradia, emprego e saneamento continuam na ordem do dia. No plano internacional, a submissão ao grande capital permanece cada vez mais forte.

Desse modo, globalização e neoliberalismo são apresentados como solução consensual pelas elites. O primeiro refere-se à integração econômica internacional sustentada, em grande parte, pela infra-estrutura tecnológica que permitiu a gradativa diminuição das tarifas de comunicação e transporte. Logo, tanto a produção tem podido se organizar em cadeias produtivas globais, quanto o sistema financeiro tem estabelecido uma integração também em âmbito global. Já o segundo relaciona-se ao discurso político que lança as diretrizes para tal integração sustentado pela tese do Estado mínimo.

Apesar do discurso neoliberal e do processo objetivo da globalização, isso não nos permite ainda abandonar o conceito de países centrais, pois as principais atividades econômicas e técnico-científicas continuam sob controle desses países centrais, tais como EUA, Alemanha, Inglaterra, França e Japão, principalmente. Com isso, o discurso neoliberal de desestatização, desregulação, flexibilização do trabalho, redução do custo da produção, arrocho salarial etc. constitui importante pilar de sustentação para afirmação do novo modelo espoliativo de integração que se forma.

Assim, diante da exclusão de parcela considerável da população das benesses do desenvolvimento técnico-científico, o grande capital internacional avança sobre os mercados dos países perifé-

ricos. Nesse caso, contraditoriamente ao discurso, o Estado desses países mostra-se imprescindível para garantir a implantação de políticas que assegurem as vantagens para o capital, pois este continua extremamente territorializado nos países centrais.

Com isso, as elites latino-americanas vêm impondo à população desse continente, através do “canto das sereias” de possível melhoria dos níveis de vida, enormes sacrifícios. A política adotada de “queima total” do patrimônio público tem permitido o acesso do capital internacional a setores estratégicos da economia, bem como levado ao aumento da concentração de rendas e ao conseqüente empobrecimento do restante da população. Sem contar que os recursos obtidos com as vendas são utilizados para sustentar tal política, em detrimento dos gastos com a área social.

Esses sintomas podem ser percebidos nos países latino-americanos mais importantes economicamente – México, Chile, Argentina e Brasil – cuja adequação aos ditames neoliberais se encontra em curso, agravando ainda mais a miséria estrutural do continente, sustentada pela aliança incondicional de sua elite com o grande capital internacional espoliativo.

CONVIVENDO COM A SECA

Sérgio Carneiro

Os problemas da América Latina já são conhecidos e alguns, inevitáveis, como é o caso da seca no Nordeste brasileiro. Mas, apesar de ser um fenômeno natural, os homens podem utilizar a tecnologia para permitir que o sertanejo conviva com a aguda escassez de água.

Agora o governo promete atender emergencialmente à metade da população nordestina com medidas paliativas. Não pode dizer que não foi alertado por parlamentares, pela imprensa, por setores organizados da sociedade e até mesmo pelas modernas imagens de satélite. A verdade é que a seca se assemelha a uma guerra que dizima pessoas de forma lenta e gradual, transformando homens e mulheres em saqueadores, migrantes em direção às grandes cidades, acabando com a esperança das gerações.

Os burocratas de Brasília só conhecem a seca pelas estatísticas. Já sabem que são 9,6 milhões de pessoas atingidas, ou 21,44% da população nordestina. Sabem que a Bahia é o estado com maior número de flagelados: 3.421.539, seguido do Ceará, com 1.397.000, Pernambuco com 1.371.421, Paraíba com 890.250, Piauí com 842.539, Alagoas com 489.650 e Sergipe com 140.000. Mas e daí?

Na seca de 1993, o número de flagelados foi de 11,9 milhões. E o que fizeram de lá para cá? Idéias e projetos não faltam, mas os recursos são mal empregados. Agora mesmo, anunciam a aplicação de R\$180 milhões para o fornecimento de cestas básicas, a construção de açudes e frentes de trabalho. O Banco Mundial assinará contrato com o governo brasileiro para financiar metade dos US\$ 330 milhões para oito obras de combate à seca nordestina.

O problema é que a seca não se combate. É preciso criar

condições de convivência do sertanejo com ela. Precisamos de obras perenes, da maximização dos recursos hídricos da região, do uso das águas subterrâneas e do emprego da tecnologia da dessalinização, por exemplo.

Só para ficar com estes dois últimos itens, citarei dados da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais que estimam em 110 trilhões de metros cúbicos de água o potencial subterrâneo do Nordeste, o que dá para abastecer os 42 milhões, 387 mil e 328 habitantes de todo o Nordeste durante cinco anos, e não só os 17 milhões e 854 mil que residem naquele semi-árido.

Quanto aos dessalinizadores, ao custo de R\$ 10 mil a unidade, poderiam resgatar o dinheiro do contribuinte gasto em abertura de mais de 20 mil poços, hoje tamponados e inativos nos nove Estados do Nordeste por terem produzido água salobra. R\$ 10 mil vezes 20 mil poços dariam R\$ 200 milhões que, divididos por quatro anos de governo, resultariam em R\$ 50 milhões/ano. Acha muito?

Sobre a importância da dessalinização das águas no tocante à saúde, ao turismo, à agricultura familiar, à irrigação, ao meio ambiente, à melhoria da qualidade de vida, realizamos Seminário Internacional no último dia seis de maio, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sérgio Carneiro – Ex-deputado federal pela Bahia e ex-vice-líder do PDT na Câmara.

Nota: Texto escrito em abril de 1998, quando o autor ainda era deputado federal.

QUE CONTINENTE É ESTE?

Lívia de Freitas Reis

Estranho continente este nosso. Sua história é marcada pela constante presença de ditadores em diferentes épocas e países. A literatura – reflexo da sociedade – sempre expressou esteticamente esta marca que, infelizmente, faz parte do legado cultural com profundas raízes na vida e na história de todo o continente.

Pensar o caudilhismo na história ou na literatura latino-americana não é apenas abrir as gavetas da memória e lembrar o que se quer esquecer: as ditaduras militares que, por décadas, controlaram, muitas vezes com violência, a vida política em diversos países.

O autoritarismo a que me refiro se instala no cerne de todas as relações sociais desde o tempo da conquista e do consequente esmagamento das culturas autóctones, subjugando valores culturais e religiosos em nome de outros que lhes pertenciam.

A língua e a religião foram os principais agentes autoritários em nossa história. Sem falar ainda das relações entre os donos de terras ou dos meios de produção, pequenos caudilhos que detêm o poder incontestado sobre os subordinados nas relações de trabalho.

As ditaduras são apenas a ponta mais visível do iceberg das relações sociais que governaram a maioria dos países latino-americanos desde tempos imemoriais. Como dizia o escritor peruano Mario Vargas Llosa, “a sequência de regimes totalitários no continente acabou influenciando a literatura ... Do ponto de vista documental, a literatura latino-americana é o melhor instrumento que temos para estudar a história da brutalidade e da violência em nosso continente.”

A literatura e as artes, em geral, são vigorosas expressões dos povos. Assim, a hispano-americana e brasileira são exem-

plos desta afirmação. São tantas as obras que nem sequer poderíamos listá-las, menos ainda analisá-las.

Ficam, no entanto, algumas dicas de leitura para os que ainda tentam entender este nosso estranho continente: *O Senhor Presidente*, de Miguel Ángel Astúrias; *Cem anos de solidão* e *O general em seu labirinto* de Gabriel García Márquez; *Eu, o supremo*, de Augusto Roa Bastos; *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *A hora dos ruminantes*, de J. J. Veiga, e muitos mais.

OS ATUAIS “DEMOCRATAS”

Valeriano Altoé

No mundo político de hoje, em grande parte dos Estados latino-americanos está-se observando um fenômeno interessante. Trata-se da “democratização” de militares que até bem pouco tempo eram favoráveis ou mesmo participaram ativamente de golpes contra as instituições civis. Venezuela, Colômbia, Bolívia e Paraguai são exemplos. Neles, ex-golpistas estão-se apresentando candidatos presidenciais. São os novos “democratas”.

Desde sua emancipação, a América Latina, em geral, contou com uma presença militar atuante e decisiva. A militarização de suas instituições deveu-se muito à instabilidade política e econômica após a independência. Os generais idealistas das guerras de independência foram substituídos no poder por ambiciosas gerações militarizadas. Ao longo do século XIX formou-se um militarismo que se ligou à elite civil. Esta união constituiu elemento mais dinâmico e persistente que os debates parlamentares.

A partir da década de 1960 a participação militar nos destinos de alguns países latino-americanos deu-se através de golpes militares contra o poder civil. Brasil (1964), seguido pela Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Chile. Este e o Uruguai haviam gozado, antes dos golpes, de democracias sociais e políticas amplas e eram chamados de “Suíça da América Latina”.

A deposição, no Chile, do governo socialista de Salvador Allende constitui um caso singular. Os militares, liderados pelo general Pinochet, tiveram o apoio da Democracia Cristã e de outras facções direitistas. Além de ter instaurado o mais violento regime, foi também o último a deixar o poder no Cone Sul. Apenas em 1990, Patricio Alwyn assumiu a presidência, dando início à institucionalização do país. Apesar disso, a “democracia”

chilena continuou sendo tutelada pelas Forças Armadas, lideradas por Pinochet.

Em geral, os países da América do Sul saíram do regime militar ostensivo sob duas importantes tutelas: a do capital financeiro nacional e internacional, principalmente; e a das Forças Armadas. No Brasil, a tutela militar observa-se no fim da isonomia entre civis e não-civis. Criou-se, assim, uma casta especial e privilegiada acima de qualquer cidadão comum. Já em outros países do Cone Sul observa-se que militares ex-golpistas estão buscando o poder pela “via democrática”. Na Venezuela, o coronel Hugo Chaves, que em 1992 tentou derrubar Carlos Andres Peres; na Bolívia, o general Harold Bedoya, e no Paraguai, o general Lino Oviedo surgem como favoritos nas eleições presidenciais.

A situação mais intrigante é a do Chile. O gal. Pinochet, a 13 de março último, fez seu juramento como senador vitalício perante o Parlamento. O presidente, Eduardo Frei, diante da oposição da incorporação do militar na vida “democrática”, pediu: “Temos que cuidar do que já conseguimos.”

O militarismo presente na América Latina desde sua independência parece querer continuar influenciando nos destinos dos países, mas de uma forma mais discreta e menos rejeitada internacionalmente: pela “via democrática”.

SEM PERDER A MEMÓRIA

Ludmila Catela

Por que o legado das ditaduras militares nos países do Cone Sul sempre retorna como pesada herança? Essas ditaduras se caracterizam, em maior ou menor escala, pela tortura, detenções clandestinas e desaparecimento de pessoas. Quando chegaram ao fim, os militares tinham um problema: proteger-se da investigação das violações aos direitos humanos e, para tanto, ditaram suas próprias leis de anistia.

Em agosto de 1979, no governo de Figueiredo, a Lei 6.682 “perdoava” os atos de exceção cometidos desde 1964 no Brasil. Tal anistia incluía não só militares, mas também presos políticos exilados. No total, beneficiou cerca de 5.000 pessoas. Em setembro de 1983, os militares argentinos criaram sua própria lei de auto-anistia, mas a chegada do novo governo a revogou. Mas tarde, contudo, o Governo Alfonsín outorgaria as leis de Ponto Final e Obediência Devida, beneficiando mais de 1.500 oficiais.

No Chile, decreto de abril de 1978 beneficiou os responsáveis pela violação dos direitos humanos que atuaram entre 11 de setembro de 1973 (data do golpe) até abril de 1978. Em 1986, o Uruguai criou a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado. Paraguai e Bolívia, apesar de haverem tido longas ditaduras, são os dois únicos do Cone Sul, onde não foram sancionadas leis deste teor.

Dentro dos consensos políticos negociados com o retorno das democracias, as leis de anistia objetivam contribuir para a reconciliação e pacificação nacionais. Na prática, impuseram um silêncio difícil de ser aceito. As feridas não estão fechadas. Por isso mesmo, estas sociedades reagem, das formas mais diversas, manifestando-se contra a impunidade. Os diretamente atingido pelos anos de chumbo (ex-presos políticos, familiares das vítimas etc.) não

param de reclamar o julgamento destes militares.

O Estado, a sociedade como um todo deveriam analisar como achar o equilíbrio entre a necessidade de verdade histórica e uma ordem jurídica que consolide a ordem constitucional, sem esquecer o passado. Os Estados dos países do Cone Sul optaram, em maior ou menor medida, pelo perdão aos culpáveis, sem obter em troca aquilo de que a sociedade precisava: informação sobre os anos de obscurantismo político, arrependimento dos culpáveis, ressarcimento às vítimas.

A verdade e a justiça, por mais dolorosas que sejam, são os únicos meios legítimos que permitiriam às sociedades enterrar seus mortos e analisar o passado sem perder a memória.

É PRECISO DIZER NÃO!

Rivo Gianini

A visão antropológica de Darcy Ribeiro caracteriza o processo civilizatório das Américas em três estágios: os Povos Testemunhos, sobreviventes das antigas culturas americanas que se chocaram com os conquistadores europeus; os Povos Novos, resultantes da miscigenação e da aculturação operadas no continente, e os Povos Transplantados, categoria em que se incluem os contingentes humanos formados através da migração européia para a jovem América, onde conservaram instituições e estilos de vida do Velho Mundo.

No consagrado livro *América Latina - Males de origem*, Manoel Bonfim estabelece as diferenças da formação da América do Norte e da América Latina. Em realidade, tais diferenças, que representam nossas dificuldades de desenvolvimento, não resultam de uma integração incompleta na civilização industrial, mas sim do fato de sermos sustentáculos desse sistema, que nos expõe de seu centro, consentindo que gravitemos apenas na órbita como economias complementares e culturas reflexas.

Apesar de termos melhorado muito no plano democrático nos últimos anos, ainda persistem problemas como o da Venezuela que, após longo período de consolidação democrática, está prestes a eleger um militar que quase conseguiu dar um golpe de estado. Na Colômbia, o narcotráfico e a guerrilha são motivos de apreensão. No Peru, Fujimori mantém-se no poder e no Chile vive-se uma democracia consentida pelos militares.

Somadas a estas questões temos o problema do Mercosul que se constitui no esboço de um promissor bloco econômico dos países, sobretudo do Cone Sul, onde o Brasil indiscutivelmente assume a liderança, ameaçado, mais uma vez, pela for-

mação da Alca sob o poderio norte-americano.

É necessário dizermos NÃO, como sugere Eduardo Galeano, a toda esta política de irracionalidade econômica denominada neoliberalismo, imposta pelos países hegemônicos, que penalizam os povos latino-americanos, e buscamos nossa identidade vocacionada pelos ideais de soberania e liberdade.

Rivo Gianini – Prof.-adjunto da UFF e de pós-graduação da UCP. Presidente do Comitê da Aliança Francesa de Niterói, Diretor regional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação e Subsecretário Municipal de Desenvolvimento de Niterói.

A DEPENDÊNCIA DA MULHER NA AMÉRICA LATINA

Philomena Gebran

A história da mulher latino-americana está profundamente comprometida com a própria história de dominação da América Latina. A partir do século XVI, a vida da mulher latino-americana mescla-se a um longo processo histórico, cuja marca é a violência, a opressão, a dominação e, finalmente, a exclusão.

Como em toda sociedade explorada e colonizada, a necessidade da produção de um excedente levou inicialmente o sistema colonial e depois o capitalista não só a escravizar a massa nativa, de uma forma mais geral, mas permitiu a metrópole a exercer sobre suas áreas dominadas uma super exploração também da mão-de-obra feminina. Exploração essa realizada através da própria hierarquia criada pelo sistema colonial.

Ao longo do processo colonial, as mulheres latino-americanas, pertencentes então às sociedades nativas, sofreram uma brutal dominação, subjugadas aos europeus colonizadores. Depois, no sistema capitalista, passaram a sofrer, no campo, por exemplo, a subjugação ao pai, ao marido e até mesmo aos filhos. A mulher urbana operária ou da classe média foi e continua sendo vítima da mesma exploração.

Hoje, na fábrica, na empresa, no escritório, no comércio ou em qualquer outro tipo de trabalho, ela continua sendo explorada através de salários reduzidos e de condições de trabalho sempre inferiores. Isto porque a sociedade, de um modo geral, parte do pressuposto de que é ou deve ser sempre sustentada por alguém. Neste sentido, a mulher sofre várias formas de exploração, desde a do patrão até a do marido e filhos, devendo cumprir e suportar sempre uma dupla jornada de trabalho. Essa situação tem sido constante ao longo da História. Acreditamos que

desde que se instalou o sistema patriarcal e na América a partir do sistema colonial.

Se, nas sociedades agrárias e/ou pré-capitalistas, havia uma divisão mais igualitária do trabalho e muitas vezes até do poder, nas sociedades posteriores ocidentais e/ou capitalistas, as mulheres foram completamente afastados dos centros de decisão do poder, ou seja, daqueles em que se trata efetivamente do presente e do futuro da humanidade.

A mulher foi e tem sido discriminada e marginalizada pelo olhar masculino da História. Para sermos imparciais, podemos até reconhecer que houve ou que há alguns momentos em que a situação da mulher foi melhor ou pior, mas, enquanto grupo social, sempre foi mantida distante do poder em todas as instâncias, desde o século XVI até o XX. E se algumas vezes no decorrer do processo histórico latino-americano a mulher exerceu algum poder, foi ocupando as margens ou de forma indireta através de sua influência sobre os homens ou quando eles permitiram.

SOBRE CALDEIRÕES, BRUXAS E LIVROS

Márcia Lisbôa Costa de Oliveira

Num caldeirão cultural, borbulham e misturam-se imagens, contos, cantos e tradições. Isto deveria acontecer no campo da produção editorial para crianças, mas nem mesmo as bruxas da Literatura Infantil foram capazes de juntar num mesmo caldeirão o Brasil e a América Espanhola.

Enquanto a Literatura Infanto-Juvenil brasileira alcança boa receptividade no mercado latino-americano, no Brasil são poucas as traduções de textos hispano-americanos. Além de Monteiro Lobato, todos os principais autores brasileiros contemporâneos têm sua obra editada em espanhol, de Lygia Bojunga Nunes, Ana Maria Machado e Ruth Rocha a Rogério Andrade Barbosa e Ciza Fittipaldi, passando por Mary e Eliardo França, Ziraldo e Fernanda Lopes de Almeida.

Um sintoma do isolamento brasileiro é o fato de que Maria Helena Waish, a principal autora argentina de contos e músicas para crianças de importância comparável à que Lobato tem para nós, nunca foi publicada aqui. Neste contexto, destacam-se algumas iniciativas que rompem a barreira lingüístico-cultural. A editora Ática desenvolve em co-edição com outros países a coleção *Contos latino-americanos*, que objetiva promover o intercâmbio cultural, agrupando contos de autores de diferentes nacionalidades. Também a coleção *Canto latino-americano*, da editora Autores & Agentes & Associados, pretende trazer às crianças brasileiras o “contato com o belíssimo mundo da língua espanhola, proporcionando uma real integração entre os países latino-americanos”. As edições bilíngües permitem que o leitor deleite-se com a musicalidade original dos textos.

Seguindo o caminho destas coleções, a publicação de autores de destaque na América Latina representaria considerável

ampliação de horizontes culturais para as crianças e jovens brasileiros. As novas gerações muito lucrariam com textos que representam um imaginário tão rico e diverso.

Que venham “*las brujas*”!

P.S.: Algumas informações contidas neste artigo advieram da Profª Laura Sandroni, citando pesquisa da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

ALCA: CONTRAFAÇÃO DE UM IDEAL

José Lisboa Mendes Moreira

“A necessidade real de mercados maiores modificará a velha aspiração (dos grandes países industriais) de manter-nos ilhados, através do novo truque de integrar-nos para servir-lhes melhor.”

Roberto Cirilo Perdia e Fernando Vaca Narvaja in *Nova estratégia do FMI*.

Ao propor a realização do Congresso do Panamá, em 1825, o sonho de Bolívar era unir todos os países hispano-americanos. Mais tarde, vencida a desconfiança com que encarava a monarquia brasileira, incluiu o Brasil num sonho maior: a integração de toda a América Latina. O que ele realmente nunca admitiu foi a união com os Estados Unidos, e por uma razão muito simples: não seria uma união em termos igualitários e sem propósitos hegemônicos.

Foi esse mesmo motivo que levou o advogado Noronha Goyos, árbitro da Organização Mundial do Comércio e ex-representante do governo brasileiro na Rodada Uruguai do Gatt, a declarar, no Encontro Sul-Americano de Relações Internacionais, realizado no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, no final de 97, que a adesão do Brasil à Alca “seria um péssimo negócio para o nosso país”.

O setor de serviços, segundo Goyos, seria o mais prejudicado. Para ilustrar sua análise, usou a imagem de uma roda de bicicleta: os EUA seriam o centro da roda e os raios, os países que aderissem à Alca. Estes deixariam de negociar entre si e tratariam de tudo diretamente com o centro, onde se realizariam os negócios bancários e outras transações financeiras. A agricultura brasileira também seria afetada pela adesão à Alca, pois teríamos o nosso mercado interno invadido por produtos agrícolas altamente subsidiados. A melhor alternativa para o Brasil, na opinião de Goyos, seria intensificar os acordos multilaterais e continuar acreditando

no sucesso do Mercosul, que é um acordo sem pretensão hegemônica.

Também o economista Gouvea Neto, professor da Universidade do Novo México, nos EUA, e ligado ao Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, considera a adesão à Alca nociva à economia brasileira. O Brasil é hoje um negociador global e, se os EUA respondem por 20% de nosso comércio exterior, a participação dos demais países é de 80%. Se aderisse à Alca, nos termos que os EUA querem impor, estaria alijando parceiros importantíssimos como a União Européia e os países asiáticos.

No Mercosul, o comércio entre os quatro países que o compõem cresceu 400% desde 1990, mas não atrapalhou as outras relações comerciais. O mesmo não ocorreria na Alca, pelo fato de um dos membros, os EUA, ter uma economia muito mais forte, capaz de distorcer os padrões de comércio.

Milênios antes de Bolívar e dos técnicos aqui mencionados, estava escrito na Bíblia: “Não te associes com o que é mais rico do que tu. Como o pote de barro pode se ligar com o caldeirão de ferro?” (*Eclesiástico, XIII, 2*)

DISCRIMINAÇÃO DA ARTE LATINO-AMERICANA

Adílson Figueiredo

Enraizada no Realismo Fantástico e no Imaginário, a Arte latino-americana vem obtendo interesse internacional, apesar de ainda mais voltada a mostras e exposições que à comercialização. De fato, as casas de leilões Christie's e Sotheby's, de tempos para cá concedem à pintura da América Latina mais atenção, embora esta esteja bem longe das megamilionárias cifras das produções européias e norte-americanas. Nenhuma obra do nosso continente alcançou, em venda, a barra de meio milhão de dólares.

Além disso, poucos artistas têm conseguido furar o bloqueio e marcar no restrito mercado. Uma foi Frida Kahlo, a princípio conhecida como mulher do muralista mexicano Diogo Rivera, mas cujo talento se impôs, estando hoje em alta cotação no mercado. Também Fernando Botero, colombiano, morando em Madri, valorizando pelo vigor do trabalho e vivência na metrópole e certos traços do classicismo europeu.

O equatoriano Oswaldo Guaysamim, com temas de lutas sociais e retratos de Fidel e Alain Garcia, do Peru, obtém o reconhecimento da expressão latina. No âmbito brasileiro, Cândido Portinari detém, até agora, a melhor cotação e o "Abapuru", de Tarsila do Amaral, vendido em leilão (ainda bem que ficou em terras sul-americanas!) é nosso quadro de mais elevada cifra.

Em meados do anos 90, reaqueceu-se a discussão sobre culturas e traços nativos com as comemorações do Descobrimento da América. Daí o interesse maior pela Arte Brasileira, com destaque em revistas especializadas. Lygia Clark, Jacques Leiner e Rosângela Rennó têm suas criações nas consagradas

Art in America, Art Nexus e Gallery Guide.

Em 1995, num evento inédito em Nova Iorque, 11 galerias expuseram, simultaneamente, 16 artistas brasileiros contemporâneos. Há pouco, também ocorreu a 6ª Bienal de Havana, uma das principais mostras latino-americanas, de que nossa pátria participou com 21 nomes selecionados.

Esta concorrida Bienal teve como pauta redimensionar a memória das Américas, enfatizando a reflexão sobre a perda de referências autóctones nesta sociedade global finissecular, sublinhando também o cotidiano do homem em meio às múltiplas tendências artísticas do continente em mutação.

AFINAL, ATÉ QUANDO?

Rubim Santos Leão de Aquino

Um espectro existe na América Latina desde o século XIX: é o imperialismo. Responsável pela exploração e dependência das sociedades latino-americanas, comandadas de fora para dentro, conta com a conivência das classes dominantes do continente. Assim, na época do capitalismo agrário-exportador, cuja burguesia rural mantinha sua hegemonia mediante processos eleitorais escusos e práticas repressivas contra opositores, o capitalismo, internacional fazia vista grossa.

As várias conjunturas de crises que paralisaram as sociedades capitalistas centrais possibilitaram modificações socioeconômicas nas América Latina. Foi possível, então, desenvolver indústrias de substituição, tendo como consequência o crescimento do proletariado e da burguesia industrial, o que explica o Populismo dominante, sobretudo após 1945.

Com política policlassista, a burguesia industrial levou adiante um projeto capitalista. Viveu-se, então, o capitalismo industrial, ou de crescimento para dentro, que enfatizava a adoção de políticas econômicas protecionistas.

Contudo, a conjuntura internacional não favorecia o Populismo. Com a Guerra Fria, os EUA não admitiam que as sociedades periféricas fugissem ao seu controle. Contra o discurso nacionalista dos dirigentes populistas levantou-se a bandeira do comunismo. Além disso, amplos segmentos da burguesia industrial latino-americana haviam-se associado ao imperialismo e viam com temor o fortalecimento da consciência popular.

O resultado foi a sucessão de golpes militares em quase toda a América Latina. Os EUA participaram de forma velada ou ostensiva na montagem de Estados hipertrofiados fundamentados na

Doutrina de Segurança Nacional, onde nem sempre o Congresso funcionava.

Esses regimes facilitaram a entrada do capital, sobretudo norte-americano, seja através de vultosos empréstimos, da multiplicação de *joint-ventures* e de facilidades para a instalação de multinacionais, tendo como conseqüência a eliminação de direitos econômicos e políticos dos trabalhadores.

Com o fim da Guerra Fria e o esgotamento do Estado de Segurança Nacional, a América Latina caiu nas malhas do neoliberalismo. Este, na verdade, deveria chamar-se Paleoliberalismo, porque seus princípios doutrinários revitalizam o corpo teórico do velho liberalismo da Escola de Manchester, revestindo de novas roupagens o corpo doutrinário do atual espectro do imperialismo. Palavras mágicas dão maior atrativo à atual aliança entre a burguesia latino-americana e o capital norte-americano: globalização, modernização, minimização da competitividade, terceirização...

Cúmplices de Washington, esses governantes empenham-se em privatizar a economia e diminuir os gastos na área social. Assim, ainda que a inflação caísse, a desnacionalização da economia, a concentração da riqueza e o agravamento da miséria constituem faces distintas de uma mesma moeda.

“De quem depende a continuação desse domínio senão de nós? / De quem depende a sua destruição? Igualmente de nós. / Os caídos que se levantem! / Os que estão perdidos que lutem! / Como pode calar-se quem reconhece a situação? (*Elogio da Dialética*, poema de Bertolt Brecht).

Rubim Santos Leão de Aquino – Autor de diversos livros, dentre os mais conhecidos: *História das sociedades – Das sociedades modernas às sociedades atuais*; *História das sociedades americanas* e *Do homem das revoluções à Nova ordem mundial*. É também professor do Liceu Franco-brasileiro.

A ARGENTINA: UMA POSSÍVEL MUDANÇA POLÍTICA

Fernando Antônio da Costa Vieira

A Argentina se prepara para uma virada em sua política interna. Depois de dois mandatos, o Partido Justicialista e o menemismo correm o risco de perderem a eleição presidencial a ser realizada em maio de 1999. Quais as causas deste desgaste? Quais as perspectivas políticas com a vitória da oposição?

A política econômica empreendida por Menem foi centrada em torno dos preceitos defendidos pelo FMI e que se configuraram num conjunto de práticas denominadas neoliberais pautadas no controle monetário e, conseqüentemente, no aumento do desemprego. Com este programa, a inflação foi debelada, mas o preço pago foi elevado.

Para os que mantiveram seus empregos, a situação também foi crítica. O sindicalismo, atrelado ao justicialismo, rachou em duas facções: pró-governo e outra que defendia a adoção de medidas de caráter social.

Menem conseguiu duas importantes vitórias: uma fruto de negociações com seu principal opositor, a Union Cívica Radical (UCR), que lhe rendeu a aprovação de reformas constitucionais, permitindo a reeleição presidencial, e a outra em 1995, ao ser reeleito, usando uma retórica que combinava manutenção do controle da inflação com promessas de combater a recessão na economia.

No entanto, com uma economia cada vez mais dependente do investimento dos capitais internacionais, tornou-se impossível para Menem romper os compromissos com os organismos financeiros internacionais. Logo, não implantou uma política de investimentos públicos para gerar empregos e recompor o setor produtivo nacional. Ao mesmo tempo, surgiram graves denúnci-

as de corrupção e esquemas de favorecimento que partiram da imprensa e do próprio ministro Cavallo. Isto gerou sua demissão, o que abalou o menemismo e incentivou o aparecimento de uma nova força política: a Frente País Solidário (Frepaso), que aliada à UCR saíram vitoriosas nas eleições municipais de 1997.

Temeroso diante da perspectiva que se apresenta de vitória da aliança Frepaso e UCR, Menem tenta um último golpe: argumentando que a emenda constitucional foi aprovada durante a vigência de seu primeiro mandato, ele defendeu o direito de reeleição que, segundo seus argumentos, só passaria a contar a partir do segundo mandato.

Na prática, Menem depende do Judiciário. O Congresso argentino já não lhe apóia incondicionalmente. E a médio prazo, a tendência é o crescimento da candidatura da aliança Frepaso/UCR.

Fernando Antônio da Costa Vieira – Mestre em História do Brasil pela UFRJ e professor da Faculdade de Educação da UFF.

Nota: Este texto foi escrito em maio de 1998, estando, portanto, alguns de seus dados já desatualizados.

TEOLOGIA MADE IN AMÉRICA LATINA

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

A Teologia da Libertação representou um importante marco na História da América Latina, em particular, e na História do Cristianismo, em geral. Ainda que nascida para atender às necessidades e aspirações do povo latino-americano, a Teologia da Libertação apresenta antecedentes em fenômenos históricos de caráter universal, em especial a partir do pontificado de Leão XIII, voltado para a renovação do clero e a abertura da Igreja Romana para o mundo.

A Igreja Católica encontrava-se, portanto, em vias de transformação. Este processo chegou a seu ponto culminante com a realização do Concílio Vaticano II, que foi um passo importante para o posterior desenvolvimento da Teologia da Libertação, visto que, durante esta assembléia, se formulou uma nova concepção de Igreja, pautada não mais na hierarquia clerical, mas na união do clero com o conjunto de fiéis.

Partindo desta eclesiologia, em fins da década de 60 nasceu a Teologia da Libertação, com o objetivo de refletir e justificar o papel da Igreja para a transformação da América Latina, marcada pela injustiça, miséria, violência, corrupção e totalitarismo.

Elaborada por latino-americanos e para latino-americanos, a Teologia da Libertação não possuía pretensões universalistas. Muito ao contrário! Ao indicar como ponto de partida a realidade social vivida pelo povo, buscava respostas específicas para os problemas da América Latina. Mas como conhecer a fundo estes problemas? A Teologia da Libertação não propõe uma leitura alegórica ou tipológica do texto bíblico, mas sim literal, preocupada em identificar a ação divina de libertação na História Humana.

Por romper com a concepção tradicional de Igreja, dialogar com o marxismo, denunciar as mazelas sociais latino-americanas, propor uma nova leitura da Bíblia e propagar uma salvação histórica, a Teologia da Libertação suscitou inúmeros debates, além de críticas e sanções da cúria papal.

Hoje, apesar de não provocar tanta polêmica como em anos atrás, a Teologia da Libertação continua a influenciar a prática pastoral; o trabalho com as comunidades; a reflexão teológica e a exegese bíblica. E não só no seio da Igreja Católica Romana, mas também em outras Igrejas cristãs, em especial a Luterana.

A ALIANÇA DA EUROPA COM A AMÉRICA LATINA

Marcelo Ossandon

Para a Comissão da União Européia, inúmeros fatores são favoráveis à reaproximação da Europa com a América Latina. Primeiro, fatores históricos e culturais. De fato, a construção do Estado de Direito, os princípios legais, as idéias de liberdade e de democracia fazem parte de um conjunto de conceitos filosóficos e jurídicos advindos do patrimônio europeu.

Em seguida, a crescente economia, já esboçada na América Latina, permite transformá-la num pólo dinâmico, com novas oportunidades para o comércio e investimentos. Além disso, o reavivar da integração latino-americana contribui para o dinamismo das trocas, a expansão da competitividade e o desenvolvimento de outras possibilidades para estes países no plano internacional. Eis, portanto, promissores índices que necessitam prosseguir em políticas de austeridade, à maneira das instituições de Bretton Woods.

Todavia, a Comissão dirige ao Conselho e ao Parlamento europeus advertências a serem observadas. Em verdade, ela afirma – esta onda de crescimento comporta também zonas de sombra, inegavelmente úteis a cada país. A modernização do processo de produção e os níveis econômicos são ainda insuficientes. Estruturas “duais” perduram: a América Latina sofre gritantes desigualdades sociais e importantes zonas de exclusão.

Apesar da expansão econômica, o desemprego abrange grande parte da população e o setor informal não cessa de crescer. A América Latina deverá superar três desafios: consolidar o Estado de Direito, enfrentar a questão da pobreza e o desequilíbrio social e ampliar o nível de competitividade.

Re-conquistar a democracia

Após o sufocante domínio das forças armadas latino-americanas, os anos 80 foram os da “transição” dos regimes autoritários para sistemas mais democráticos. Para a economia, tornou-se “um decênio perdido”, enquanto o setor político assistia ao restabelecimento institucional da democracia. Nos anos 90, consolidou-se a democracia com eleições livres, com a restauração das liberdades públicas e com o pluralismo político, constituindo autênticos avanços, o que ilustra os esforços dos dirigentes para restaurar a idéia do Estado.

Tais processos de transição apresentaram formas diversas, porém, quase sempre, chegaram a uma democracia, não raro, frágil. Assassinatos de meninos de rua ou de marginais pelos esquadrões da morte não permitem que se fale em Estado de Direito. Multiplicaram-se verdadeiros exércitos particulares dominados pelos narcotraficantes, concorrendo com a violência do Estado.

Estes exemplos demonstram que a consolidação democrática está muito longe de conquistar-se. Após o recuo e a relativa diminuição do poder militar, as experiências pós-autoritárias permanecem marcadas pelo selo da impunidade, beneficiando reconhecidos autores de violações dos direitos humanos. Por trás dos “revisionismos” latino-americanos e no pretenso desejo de reconciliação nacional, cresce a determinação das Forças Armadas de não permitir que os responsáveis sejam levados à Justiça.

Crise econômica, falência das ditaduras

A América Latina saiu das ditaduras pela incapacidade destas de enfrentarem o endividamento. O processo de democratização, iniciado antes da queda do Muro de Berlim, fez-se ao preço de uma abertura – no conjunto, muito rápida – de economias antes fortemente protegidas. Isto significa o abandono generalizado do Estado providência e a adoção de medidas que visaram à drástica redução dos déficits orçamentários e à diminuição dos instrumentos sociais reguladores. O resultado foi a perda de parte significativa do poder de intervenção dos Estados nas condições de vida da sociedade civil. As políticas preconizadas pelo FMI deixaram marcas.

Se, com o retorno da democracia, surgiram perdas econômicas, o abandono do protecionismo e as políticas de ajustes estruturais não facultaram nem tempo, nem capacidade para os governos estabelecerem políticas que permitissem atenuar o empobrecimento das populações marginais, antes protegidas pelo Estado-provedor. Assim, o recuo deste teve como conseqüências o abandono de subvenções aos produtos de primeira necessidade, a redução das políticas sociais e a maciça privatização.

As “curas de emagrecimento”, se nos referimos aos parâmetros macro-econômicos, trouxeram frutos: domínio da inflação, déficits das finanças públicas estranguladas, retorno forçado de capitais expatriados. Seria – a exemplo dos aficionados do neoliberalismo – louvar os efeitos benéficos do refluxo do poder público e pedir sempre “menos ao Estado”?

Uma coisa é certa: os mecanismos reguladores entre o aparelho do Estado e a sociedade civil foram abalados. Os sindicatos, os partidos, as instituições, no seio ou fora das administrações públicas, não mais asseguram a transmissão das demandas sociais ao aparelho de decisão política. A atual conjuntura do empobrecimento das camadas sociais, com a perda do Estado de seus instrumentos reguladores, corre o risco de provocar revoltas esporádicas. Não houve ainda uma luz para os segmentos marginalizados. Daí a emergência de numerosos atores sociais e mesmo de novos atores políticos.

Os movimentos sociais, criando outros meios de intermediação entre a sociedade civil, o Estado e o mercado, longe de reduzirem sua ação à única conquista de direitos à cidadania e à instauração de um estado de Direito exigem, também, que este seja eficiente. Tais movimentos encontram-se na origem de novas demandas e formas de mediação política. Seja como for, a sociedade civil, conceito que recobre múltiplas realidades, manifesta na América Latina novo dinamismo ligado ao próprio processo de democratização, assim como ao importante desenvolvimento da economia informal.

Prioridades convergentes

O enraizamento da democracia latino-americana será longo, pois várias dificuldades persistem: os militares não mais ocupam a

cena principal, mas continuam a manobrar a economia. A União Européia, pondo no centro da cooperação a cláusula democrática, contribui para ancorar a idéia de que, além do simples desenvolvimento econômico, o respeito aos direitos do homem, a consolidação do Estado de Direito e a manutenção da paz são, de agora em diante, incontornáveis.

Isto constitui elemento relativamente novo e importante nas relações da União Européia com os países do Terceiro Mundo, se levarmos em conta que, no Tratado de Roma (1957), nenhuma referência a respeito dos Direitos do Homem foi mencionada sobre tais ligações. Na Europa, a passagem da cidadania política à cidadania social efetuou-se gradualmente: a aquisição da primeira permitiu que os assalariados estabelecessem uma relação favorável com a segunda.

Por sua vez, na América Latina a democracia formal instaurou-se sem cidadãos, o que alimentou a fraude eleitoral, a compra de votos e o corporativismo estatal. Nela, os direitos dos cidadãos formalmente existem, mas só parte da população desfruta deles. As desigualdades permanecem onipresentes. É tal questão vale para o processo de integração latino-americana, cujo êxito passa pelo acesso ao mercado de amplos segmentos sociais até agora marginalizados.

Convém enfatizar que, na Europa, igualmente a fratura social se aprofundou com a marginalização. Certa convergência dos problemas europeus e latino-americanos é, muitas vezes, sublinhada pelo mundo associativo. Porém, na Europa, “la marche multicolore”, Clabecq, Renault-Vilvorde e a luta pelo emprego nos lembram que os cidadãos exigem que o homem se torne o centro da economia. A verdadeira cooperação é tecida pelas relações humanas e fundada sobre a elevada noção do homem como centro da nova parceria, proposta pela Comissão à América Latina.

Marcelo Ossandon – Ex-ministro da Economia do Governo Allende (Chile) e atual pesquisador do Centro de Estudos das Relações entre a Comunidade Européia e a América Latina (Cercal). Professor da Universidade Livre de Bruxelas. Tradução de Dalma Nascimento.

CANTIGAS DE NINAR: TRAÇOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL

Magnólia Brasil Barbosa do Nascimento

Faz alguns anos li o poema “Adormidera”, do nicaragüense Pablo Antonio Cuadra. Tal leitura alavancou um passeio curioso/sentimental pelo rico universo das cantigas de ninar, pois fez assomar, num ir e vir de cadeira de balanço, o eco de muitas canções bem guardadas no fundo da memória.

Em sua aparente ingenuidade, a cantiga de ninar desdobra ao ouvido atento e curioso do observador da alma popular um multifacetado tecido em cuja trama se enreda boa parte da tradição oral, enquanto põe à mostra, num retrato sutil e encantatório, elementos sócio-econômicos (talvez históricos) da América Latina. Deixar-nos levar pelo jogo fônico que se estabelece, levantar aqui e ali entecidas sugestões, entreter-se na magia ameaçadora dos seres fantásticos do imaginário popular é uma forma de participar de um exercício dinâmico e fascinante. As cantigas de ninar estão aí, ricas, palpitantes de vida e de lembranças, memória viva a convidar para uma leitura aproximadora da alma popular de nossa América, de sua tradição, de sua variada expressão.

No fundo da memória de muitos de nós ecoa a voz materna e/ou outras vozes igualmente acalentadoras pelas quais transitavam seres fantásticos, criados pelo imaginário popular, alguns chegados ao Brasil através da colonização portuguesa, aqui enriquecidos, modificados pela mistura de elementos da cultura africana e da cultura indígena. Dessas vozes saltam seres mitológicos, criaturas de proporções fantásticas e terríveis com a função irracional e/ou afetiva de adormecer uma criança querida cujos olhos meninos são forçados a se fecharem diante da figura terrível, fantástica, que a imaginação faz tão grande quanto o

próprio medo.

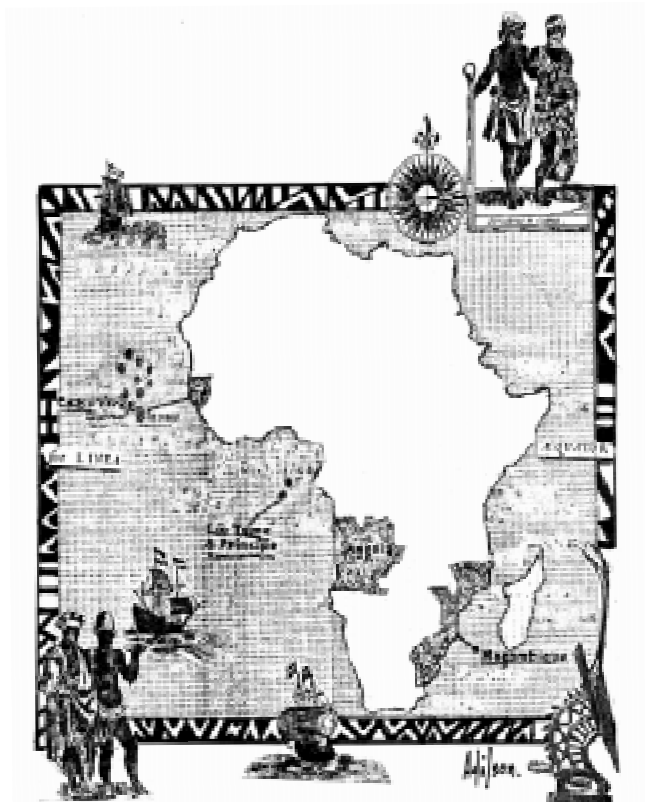
É muito difícil dissociar de cada uma das canções de ninar os componentes da ameaça, prefiguradoras de um conseqüente medo, do tom afetivo cheio de ternura que nos faz pensar se a canção de ninar, ao estabelecer um clima mágico-afetivo que leve a criança ao mundo (in) seguro do sonho, não terá sido uma das primeiras atividades a marcar o homem, em determinado momento de sua história com o adjetivo humano

É bom lembrar que em nossos países os elementos do cotidiano são bem mais amedrontadores, a realidade é mais absurda do que os seres fantásticos e mitológicos que povoam as quadrinhas populares. Por isso mesmo canta Chico Buarque: “Dorme/ minha pequena/ não vale a pena despertar”, enquanto o poeta cubano, Nicolás Guillén vai pela contra-mão e desperta o “negrito, ciruela y pasa”, para que veja, “despierto”, o que acontece, num apelo político/social bem a seu gosto.

Ao invadir o universo literário, ao entrar no espaço da música popular fornecendo matéria para tantas obras, a cantiga de ninar sai um pouco da sombra para onde foi banida pelos modernos monstros importados e sempre divulgados pela toda poderosa máquina globalizadora: a televisão. Mais que ameaçar as crianças, a cultura importada borra os variados matizes de traços culturais que configuram a identidade de países immanados pela riqueza de suas tradições. Se a televisão “rói” nosso traço identificador, se a máquina acaba com aquela ingenuidade referida inicialmente, as cantigas de ninar, uma tradição tão humana, em vez de adormecer-nos estão aí a despertar-nos para a realidade de uma cultura a defender.

PARTE III

África de Língua Portuguesa



Índice da Parte III

Caminhos e descaminhos de utopias e resistências Carmem Lúcia Tindó Secco	91
O sonho literário de um moçambicano Lena Jesus Ponte	95
Mia Couto por ele mesmo	97
Raízes de um povo cativo Wanderlino Teixeira Leite Netto	99
Guiné-Bissau: a riqueza de sua cultura oral Bolsistas de Literaturas Africanas da UFRJ	101
O idioma de 200 milhões José Lívio Dantas	103
“Navegar é preciso, viver não é preciso” Ângela Beatriz Faria	105
Do mar e de lágrimas Simone Caputo Gomes	107
Moçambique: a Língua Portuguesa em uma sociedade multilíngüe Lourenço Macagno	109
S. Tomé e Príncipe: aspectos da poesia nacional Mário César Lugarinho	111

Alerta à África lusófona José Octávio Serra Van-dünem	113
O futuro da Língua Portuguesa na África Maria de Lourdes Brandão	117
Cabo Verde na voz literária de Manuel Lopes Laurence Boccou	119
A saudade e o apelo do regresso Luisilda Lobo e Guevara da Cruz	123
Novas coordenadas na ficção de Angola Laura Cavalcante Padilha	125
Línguas africanas em contato com o Português (Breve nota sobre o caso angolano) Leodegário A. de Azevedo Filho	127
Virgílio de Lemos Alunos do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UFRJ	129

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UTOPIAS E RESISTÊNCIAS

Carmem Lúcia Tindó Secco

As literaturas africanas de Língua Portuguesa são ainda jovens, com cerca de apenas 150 anos de existência. Apesar de os primeiros textos datarem da segunda metade do séc. XIX, só no séc. XX, na década de 30, em Cabo Verde (com a revista *Claridade*), e nos anos 50 em Angola (com *Mensagem*), é que essas literaturas começaram a adquirir maioridade, deslocando-se da literatura portuguesa trazida como paradigma pelos colonizadores.

Embora não se tenham desenvolvido sempre em conjunto, devido aos seus respectivos contextos sócio-culturais diferenciados, essas literaturas são, geralmente, estudadas, nos meios universitários ocidentais, sob denominação abrangente que envolve a produção literária de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, ex-colônias de Portugal na África.

Tal designação se deve à relevância das Literaturas Africanas, nos anos 40, 50 e 60 do nosso século, quando, reunidos na Casa dos Estudantes do Império de Lisboa, estudantes africanos – entre eles Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Mário de Andrade, Tenreiro, António Jacinto – iniciaram, sob os ecos da negritude francesa, do negrismo afro-americano e sob o signo do anticolonialismo, um movimento político-literário de valorização das literaturas de seus países. Tiveram aí também importância o Neo-realismo português e o Modernismo brasileiro que serviram de modelo à fundação do nacionalismo nessas literaturas.

Em Angola, nos anos 50, surgiu uma poesia direcionada para a afirmação das raízes africanas. Sob o lema “Vamos descobrir

Angola”propunha o resgate da angolanidade, também reivindicada pelos poetas de *Mensagem*, entre eles Viriato Cruz, Antônio Jacinto, Agostinho Neto, autor de *Sagrada esperança*.

Em Moçambique, nessa época, se iniciou também a poética da maçambicanidade, com Noêmia de Souza, Marcelino dos Santos e Craveirinha, poeta que, em 1992, recebeu o Prêmio Camões. Representando a poesia de S. Tomé e Príncipe, citamos Tenreiro, Maria Manuela Margarido e Alda do Espírito Santo, que defendiam os paradigmas da negritude e da identidade das ilhas.

Em Cabo Verde, *Claridade* significou uma virada na lírica do Arquipélago. Influenciada pelo Modernismo brasileiro, essa geração rompeu com as formas clássicas da poesia, incorporando o verso e as rimas livres, o crioulo, os temas cabo-verdianos.

Nos anos 60, com a guerra declarada contra o colonialismo português, uniram-se as literaturas das cinco colônias portuguesas a África em torno da temática libertária, cujas utopias fizeram dos versos e das obras em prosa armas de luta contra o salazarismo português. No início dos 70, com a intensa repressão da Pide (polícia salazarista), a literatura se tornou bastante metafórica para driblar a censura.

A poesia, principalmente em Angola e Moçambique, passou a ser muito elaborada, voltando-se sobre ela mesma. Essa foi a fase da “*Poesia do gueto*”, do grupo Caliban, em Moçambique, com Rui Knopfli, Sebastião Alba, entre outros, e, em Angola, com David Mestre, Manuel Rui, Ruy Duarte, para citar apenas alguns. Com a independência, retornaram as utopias. Foram vários os poetas a celebrarem a liberdade conquistada, mas isso durou pouco.

O fim dos anos 80 e os 90 foram marcados por um forte desencanto na esfera social, que se refletiu na área literária. A poesia e a prosa superaram a fase “cantalutista” e o antigo panfletarismo ideológico, substituídos hoje, pela metaconsciência e pelo traço crítico. Citamos, na poesia, nomes como os de Patraquim, Eduardo White, Vera Duarte, Ruy de Carvalho.

Na prosa, muitos autores operam na linha da ficção e da história, recriando procedimentos da oralidade e tradição africanas, em conjugação com uma escrita que usa recursos ficcionais

bem modernos. É o caso, por exemplo, de Boaventura Cardoso, Pepetela, Manuel Rui, em Angola; de Mia Couto e Ba Ka Khosa, em Moçambique; de Dina Salústio e Germano Almeida, em Cabo Verde, para citar só alguns.

Essas são algumas das estratégias usadas, atualmente, por essas literaturas para a denúncia às contradições que, em países periféricos como os da África de língua oficial portuguesa, cada vez mais se acirram com a política contemporânea de globalização da economia.

O SONHO LITERÁRIO DE UM MOÇAMBICANO

Lena Jesus Ponte

Mia Couto, na apresentação de *Estórias abensonhadas* (Nova Fronteira), declara haver escrito os contos desse livro depois da guerra civil em sua pátria, Moçambique. Informa que, por todo o período de barbárie, a “...terra guardou, inteiras as suas vozes. Quando se lhes impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares.”

Esse depoimento reforça a idéia de que a história do ser humano com seus sonhos se escreve para além das fronteiras da realidade objetiva, das circunstâncias históricas, das convenções sócio-culturais. Para além da arbitrariedade devastadora das guerras, das incompreensões, do não-entendimento, há preservado um território interno de criação constante: o reino do imaginário, que não é alienação, mas instrumento de revelação do real.

No primeiro conto, “Nas águas do tempo”, o avô, “homem em flagrante infância, sempre arrebatado pela novidade de viver”, inicia o neto (o personagem-narrador) no entendimento desse lugar especial e desconhecido da maioria, onde “tudo que...se exibia, afinal, se inventava de existir.” – uma espécie de “terceira margem do rio”, para lembrar João Guimarães Rosa, de quem Mia Couto se aproxima em alguns aspectos, inclusive na invenção sobre a linguagem.

A esse local mágico, cercado de mistério (“lugar das interditas criaturas”; “os receáveis aléns”; “terras não-firmes”; “interditos territórios”; “lago proibido”), chegam aqueles que aprenderam a ver os sonhos e são capazes de perpetuar, em seus descendentes, esse potencial de ir além das fronteiras do mundo superficial.

O sensível escritor moçambicano, assim como o avô do conto, nos ensina a ver para além do visível (“nós temos olhos que se abrem para dentro”); a ouvir para além da palavra (“...era dos que se calam por saber e conversam mesmo sem nada falar”); a permanecer para além do tempo (“todo o tempo, a partir daqui, são eternidades”); a viver para além da morte (“e eu acabava de descobrir em mim um rio que não haveria nunca de morrer”).

Nessa busca e encontro de espaços ainda por semear, ele vai além, inclusive, da fronteira da língua. Cria neologismos, articula sintaxes inusitadas, desperta em nós o susto da descoberta de imagens impensadas.

Para Jacqueline Held (*O imaginário no poder*, Summus Editorial), “o poeta é aquele para quem não existe um único mundo”. Assim também o romancista e contista Mia Couto, homem em flagrante poesia, sempre arrebatado pela novidade do escrever.

MIA COUTO POR ELE MESMO

A clareza de sua condição mestiça

“Sou um escritor africano de raça branca. Este seria o primeiro traço de uma apresentação de mim mesmo. Escolho estas condições – a de africano e a de descendente de europeus – para definir logo à partida a condição de potencial conflito de culturas que transporto. Que se vai “resolvendo” por mestiçagens sucessivas, assimilações, trocas permanentes. Como outros brancos nascidos e criados em África, sou um ser de fronteira.

A memória mágica da infância

“Ainda menino escutava os contadores de estória nos subúrbios negros de minha cidade. Ao meu lado estava João Joãoquinho, meu primeiro amigo. Durante a narração, havia uma magia que nos roubava do mundo”.

A consciência e o encantamento de narrar

“Não sou mais que isso: um contador de estória trabalhando na tentativa de recriar essa magia. No resto, sou biólogo, tentando introduzir suspeições poéticas nas certezas científicas.

(Depoimentos colhidos de uma palestra feita por Mia Couto na Faculdade de Letras da UFRJ, em 11 de setembro de 97, e do texto “O gato e o novelo”, publicado no *Jornal de Letras*, Lisboa, 8 de outubro de 97.)

RAÍZES DE UM POVO CATIVO

Wanderlino Teixeira Leite Netto

Vieram de Angola, do Congo, do porto de Uida. Vieram de São Lourenço, de Moçambique. Vieram amontoados na escuridão dos porões. Multidão de cativos, hábitos diferentes, diferentes religiões, alguns nem sequer falavam a mesma língua. De comum, a escravidão. Vieram cavar o ouro, vieram sofrer no eito, na plantação de fumo, na roça de café, no algodão.

Ironicamente, davam nome de santo aos tumbeiros: Nossa Senhora da Conceição, do Rosário, do Carmo, de Nazaré. Ao contornarem Costa da Mina, clamavam por São José. Dessa forma, camuflavam divindades, antecipavam o logro imposto ao senhor no proselitismo dos rituais, das rezas, dos batuques, das danças dominicais. Guerreiros por vocação, não nasceram pra ser escravos, mas caçadores, curandeiros, reis.

Vieram de Angola, do Congo, de São Lourenço, de Moçambique, do Porto de Uida. Para bem da verdade, jamais saíram de lá!

Wanderlino Teixeira Leite Netto – Escritor, membro efetivo da Academia Niteroiense de Letras, dinamizador da Oficina da Palavra Luiz Simões Jesus.

GUINÉ-BISSAU: A RIQUEZA DE SUA CULTURA ORAL

A Guiné-Bissau, na costa ocidental africana, apresenta uma parte continental e outra insular, formada pelo Arquipélago de Bijagós. Ocupa 36.125 km², dos quais apenas 28.000 km² se encontram sempre emersos, pois o restante é, periodicamente, coberto pelas marés cheias. No litoral recortado, há um largo estuário, em cuja margem direita fica Bissau, capital do país.

A paisagem é singular, pois o azul do oceano se mescla ao verde da vegetação costeira. Mar e terra, em permanente abraço, possibilitam a existência de uma rica fauna marítima e de uma flora peculiar, alimentada pela própria maresia.

Devido ao tardio processo de alfabetização na Guiné, a literatura escrita só se consolidou durante as lutas pela independência. Antes, o que havia era o patrimônio oral: lendas, adivinhas, provérbios, em crioulo, passados pelos mais velhos. Há algumas recolhidas dessas tradições: *'N Sta Li 'N Sta La* (1979, coleção de adivinhas) e *Jumbai* (1979, conjunto de estórias). Mas, ainda hoje, não é extensa a bibliografia, embora já haja várias publicações de Tereza Montenegro.

Atualmente, o Instituto de Pesquisas da Guiné-Bissau vem divulgando a cultura oral de diversos grupos étnicos do país, além de obras de autores como Vasco Cabral, Hélder Proença, Tony Tcheca, Abdulai Sila, Félix Sigá, Odete Semedo, José Carlos Schwartz, entre outros. Moema e Johannes Augel, estudiosos da literatura e história da Guiné, muito têm contribuído para isso.

Síntese elaborada pelos bolsistas do Setor de Literaturas Africanas da UFRJ, com base em *A Nova Literatura da Guiné-Bissau*, de Moema Parente. Bissau: INEP, 1998

O IDIOMA DE 200 MILHÕES

José Lívio Dantas

Por vários séculos, a presença portuguesa na África subsaariana foi marcante. Como país hegemônico e colonizador, é claro que Portugal não podia deixar de exercer influências sobre atividades vitais de povos autóctones. Na verdade, a presença europeia em quase todo o continente africano constituiu-se num fator diferencial que impôs sua maneira de ser ao indigenismo negro. E, dentre todas as influências, nenhuma terá sido mais permanente do que a expressão linguística.

Tanto foi e ainda é assim que, já hoje soberanos e desvinculados dos liames políticos coloniais, os países independentes da África, através de suas classes dirigentes e de seus profissionais, continuam a expressar-se no idioma das antigas metrópoles.

Se descartarmos a perspectiva puramente temporal e nos ativermos tão-somente aos limites geográficos da língua portuguesa, veremos que ela é o idioma próprio de cerca de 200 milhões de pessoas e, principalmente, o idioma de diferentes sociedades. Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor Leste na Ásia demarcam o alcance de nossa voz em todos os continentes e por sobre todos os oceanos. É seu caráter de universalidade, que pouquíssimas outras línguas conhecem.

Orgulhamo-nos que isso aconteça ao nosso idioma, cuja vocação de transnacionalidade é sobejamente comprovada, não apenas no Brasil com seus múltiplos grupos étnicos, mas também na África lusófona que continua tendo na língua de Camões e de Machado de Assis seu recurso preferencial de expressão literária.

Antonio Mendes Cardoso e Tomás Kim em Angola; Mia

Couto e José Craveirinha em Moçambique; Eugénio Tavares e Pedro Cardoso em Cabo Verde; Frederico Gustavo dos Anjos em São Tomé e Príncipe – vivos alguns e falecidos outros – com suas respectivas e substanciosas obras de poetas e prosadores, são testemunhas da força e da vitalidade da “última flor do Lácio” em África, como se diz em castiço falar lisboeta. Que essa vitalidade e força continuem por séculos e milênios à frente. Pois.

José Lívio Dantas – Jornalista, escritor e tradutor e autor, entre outros, do livro *Romaneio – mini-ensaios e maxi-crônicas*.

“NAVEGAR É PRECISO, VIVER NÃO É PRECISO”

Ângela Beatriz Faria

“Navegar é preciso, viver não é preciso”, dizia a divisa dos antigos navegadores nos séculos XV e XVI, época da aventura marítimo-colonial portuguesa. Navegar tornava-se necessário e exigia precisão. Já na aventura existencial, o sujeito encontra-se diante da errância e da busca – imaginária ou real – sem contar desejado, levando-o, por isso, muitas vezes a optar por uma “navegação por imagens”.

Na Literatura Portuguesa contemporânea, por exemplo, mais especificamente nos textos sobre a guerra colonial africana, evidencia-se o arquétipo do “mar”, retido no imaginário colonial e imperialista. Os romances das duas últimas décadas, que revisitam a implantação, a permanência e a perda do Império marítimo-colonial, substituem a grandiosa epopéia marítima de *Os lusíadas*, de Camões, por epopéias marítimas ou terrestres carnavalizantes.

A História é revista em diferença, ou seja, de forma invertida, ironizada, parodiada, carnavalizada, ao ressurgir na metaficção historiográfica – na acepção de Linda Hutcheon, Poética do pós-modernismo – dando voz aos oprimidos, excêntricos e marginalizados pelo sistema, como convém a uma nova leitura da história das idéias, das mentalidades e das criações à luz das interrogações contemporâneas.

Em *As naus*, (1988), de Antônio Lobo Antunes, os personagens procuram a origem e a identidade, ao sabor dos espaços abertos e labirínticos da História. O autor criou o “descrescendo do canto X d’*Os lusíadas*, transfigurando o texto memória-cultural, a fim de ser relido de outra maneira. Os mitos paradigmáticos da pátria – Camões, Cabral, Vasco da Gama, D. Sebastião e outros – adquirem base paródica e carnavalizante. Os heróis da

época da expansão transformam-se em “retornados” da guerra colonial africana, revelando o naufrágio de um Império revisitado.

Em *Autópsia de um mar de ruínas* (1984), João de Melo escreve Portugal, invertendo os arquétipos da pátria: o mar lusíada das paixões expansionistas substituiu-se pelo mar de ruínas, desfigurando, assim, a utopia revolucionária político-social, inerente à Revolução dos Cravos. A própria locução adjetiva no título da obra esvazia o sentido simbólico do “mar” e a pátria surge problematizada no espaço textual: “A terra em África era apenas um lugar onde a morte se cumpria” e o soldado português agonizante sonha com um “mar de menino”.

Assim, tanto *As naus*, quanto *Autópsia de um mar de ruínas* retomam o modelo mítico do português-marinheiro e o imaginário das conquistas. Neles há imagens recorrentes das naus, do mar e dos tempos do domínio: a fundação do reino e da nacionalidade, a expansão do Império nos séculos XV e XVI, “a colonização” das colônias africanas e o desenraizamento dos “portugueses desempregados do mar”. A esses “heróis” – errantes e problemáticos, “despaisados” na geografia do exílio, como o soldado ocidental em África ou aquele que voltou ao país e perdeu o sentido de sua identidade e seu lugar – resta apenas assumir o olhar estrangeiro, desgarrado e fugidio, guardado sempre na retina psicológica de um mar interior.

DO MAR E DE LÁGRIMAS

Simone Caputo Gomes

Desde *Mensagem*, Fernando Pessoa, relendo por rasura *Os lusíadas*, assinala o seu tempo como tempo morto e o texto sacralizado como texto sepultado e para sempre abolido. É preciso escrever a anti-epopéia para ressuscitar Portugal, até aqui tomado como império de ficção. Não é por acaso que Cesário Verde vê a Lisboa do século XIX como espaço tumular, em oposição à euforia camoniana. Os grandes textos de Pessoa, Cesário, Pessanha são permeados pela síndrome da decadência, com a qual comungam os textos contemporâneos como os de Gastão Cruz, Fiamma Hasse Pais Brandão e Luiza Neto Jorge, entre outros. Ao “singrar” do navio opõe-se o presente “sangrar”, aos “varões assinalados”, “corpos assassinados, o Tejo “conduz/ a poeira da morte e não a lava”.

A produção poética africana dos países de Língua Portuguesa, frente ao contexto da ditadura salazarista e da guerra colonial, segue o rastro da anti-epopéia, deslocando o Mar de um imaginário da viagem prazerosa da Fama para denunciá-lo, enquanto espaço de Infâmia: “No umbigo da colónia/A caravela da opressão secular” (Corsino Fortes, de Cabo Verde). O tema da viagem se traduz, nos poemas africanos, em outros périplos, como o do trabalhador contratado (escravo deportado para S. Tomé), o dos que partem para as minas da África do Sul, o das moças que se vão prostituir na cidade. José Craveirinha, de Moçambique, assim vê a partida para o contrato: “Naquela noite fatal que exportou/ duzentos e vinte e cinco homens/ e cinquenta e três mulheres/ para as roças de S. Tomé”. No monstro-barco, adolescentes são transportados para o trabalho forçado. O mar é desmascarado, desmitologizado: “Chegou então a hora/Do mar lúcido (...) Económico./ Assassino”.

A partir desta diagnose, os textos pós-independência (1975) vão poder apresentar um imaginário marítimo positivo, de abertura e fecundidade: “Canto/Estes dez grãosinhos de África/Postados no meio do oceano/ e dos continentes/ E do meio do mar/ e do meio do mundo/ Vão distribuindo rotas/ Assinalando caminhos” (David Hopffer Almada).

Simone Caputo Gomes - Professora aposentada da UFF, doutora em Literaturas Portuguesa e Africanas e coordenadora para o Brasil da Associação dos Professores e Investigadores da Língua Portuguesa.

MOÇAMBIQUE: A LÍNGUA PORTUGUESA EM UMA SOCIEDADE MULTILÍNGÜE

Lourenço Macagno

Quando, no final do século passado e princípios do presente, os portugueses consolidam a “ocupação efetiva” do atual território de Moçambique, os pensadores coloniais de época começam a se preocupar com a Língua Portuguesa no processo de assimilação das populações africanas aos valores da cultura metropolitana. Para se tomarem “assimilados”, os chamados “indígenas” deviam se emancipar dos seus “usos e costumes”. Neste sentido, a língua do colonizador era considerada instrumento de contribuição decisiva para a emancipação. Tal processo assimilacionista se aprofunda com o advento do Estado Novo (1926) em Portugal.

Após a Independência de 1975, a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) adota a Língua Portuguesa como oficial. Essa decisão corresponde ao princípio de apropriação do idioma do colonizador pelo colonizado, fazendo dele “instrumento de libertação”. O “homem novo” socialista precisava emancipar-se do obscurantismo, do tribalismo. Assim, macuas, rongas, shangans etc. deviam confluir em uma única nação moçambicana. A Língua Portuguesa faria a união dos moçambicanos de “Rovuma a Maputo”, como costumava dizer Samora Machel (primeiro presidente após Independência) nos seus discursos.

A partir de 79, inicia-se um debate que continua até hoje. Nesse ano, realiza-se em Maputo o Primeiro Seminário Nacional sobre Ensino da Língua Portuguesa. Ali se sublinhou a necessidade de aprofundar o estudo das línguas moçambicanas, a fim de desempenharem papel importante no desenvolvimento científico e cultural do país. Foi esse um primeiro antecedente para a criação do Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas

(Nelimo) na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane.

Dez anos depois, Nelimo publica amplo relatório acerca dos resultados do Primeiro Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas. Em 93, organiza em Maputo no Centro de Estudos Brasileiros, o seminário Cenários da Língua Portuguesa: a vitalidade do idioma, reunindo intelectuais e escritores pertencentes aos países de Língua oficial Portuguesa, especialmente moçambicanos.

Atualmente, alguns pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento da Educação começam a olhar para uma realidade lingüística complexa, propondo projetos de educação bilíngüe. O debate continua.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: ASPECTOS DA POESIA NACIONAL

Mário César Lugarrinho

A Literatura Sãotomense destaca-se no quadro das literaturas africanas de Língua Portuguesa por dela participar em seu momento decisivo de afirmação, quando a voz do negro marcava, antes de uma autêntica expressão nacional, a genuína voz africana. No período de formação, Caetano da Costa Alegre (1864-1890) deixa-nos uma obra em que canta não os tradicionais louvores à Natureza luxuriante – próprios da literatura colonial – mas o conflito com a cultura do colonizador: “Tu tens horror de mim, bem sei, Aurora/ Tu és o dia, eu sou a noite espessa./ Onde eu acabo é que o teu ser começa./ Não amas!... flor, que esta minha alma adora”.

No séc. XX, será Francisco José Tenreiro quem estabelecerá o diálogo entre as vozes de uma verdadeira poesia nacional e a universalização das questões negras, repensando os conceitos de opressão e integração racial: “O som do gongue/ ficou gritando no ar/ que o negro tinha perdido./Harlém! Harlém! América!/ Nas ruas de Harlém/o sangue de negros e de brancos/está formando xadrez. Harlém! Bairro negro! Ringue da vida”.

Ao mesmo tempo em que o negro africano encontra eco de sua História na cultura afro-americana, Tenreiro elege a cultura afro-brasileira como lugar não de enfrentamento racial, mas de problematização da integração racial, invertendo a perspectiva anterior de Costa Alegre, que dava ao africano um sinal a menos diante da cultura branca.

Ao lado de Tenreiro, Alda do Espírito Santo se inscreve sob o signo da combatividade. Sua poética tem no trabalho do contratado, o escravo camuflado pelo português, a sua principal fonte temática, instituindo o quadro da condição pré-indepen-

dência em S. Tomé e Príncipe: “É assim que eu te falo,/ meu irmão contratado numa roça de café. /Meu irmão que deixas teu sangue numa ponte/ ou navegas no mar, num pedaço de ti mesmo em luta com o gandu”.

Alda, uma das primeiras mulheres a se apresentar com domínio do discurso poético em África lusófona, define os contornos do sãotomense, percebe-o em sua dimensão de trabalhador, a fim de humanizá-lo e extrai-lo de sua alienação. Nos anos 90, Maria Olinda Beja, da Ilha do Príncipe e deslocada para metrópole muito criança, canta a saudade da Mãe África de forma diferente das gerações anteriores, contornando uma dialética cultural. Isto é, assume seu status europeu, reconhecendo sua matriz africana: “Quiseram fazer de mim/ uma Européia/ e por esse motivo me arrancaram/das costas de Mãe-África/minha Mãe (...)/repuxaram meus cabelos, alisando-os/ dando-lhes nova forma/esquecendo como Medéia penteou os filhos de África/(...) Conseguiram fazer de mim/uma Européia/só se esqueceram de cortar/o cordão umbilical que ficou preso/às raízes da velha eritrineira /que meu bisavô plantou em Molembu”.

Assim, a poesia nacional sãotomense dá conta de um percurso poético problematizador da cultura africana contemporânea, cônica de sua formulação multicultural e transnacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MATA, Inocência. *Emergência e existência de uma literatura: o caso sãotomense*. Linda-a-Velha, Alac, 1993.

FERREIRA, Manuel. *50 poetas africanos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Plátano, 1989.

BEJA, Maria Olinda. *Bô Tendê?* Aveiro, Câmara Municipal, 1993.

Mário César Lugarinho - Professor da UFF e doutor em Literaturas Portuguesa e Africanas.

ALERTA À ÁFRICA LUSÓFONA

José Octávio Serra Van-dünem

Na África lusófona – além das questões culturais e de a língua portuguesa ser o denominador comum – a situação real de cada país é, de modo geral, difícil e, em alguns casos, dramática. Lançamos, assim, alguns alertas à Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP), já que esta nova instituição tem diante de si muitos desafios.

Não foi fácil aos países africanos lusófonos encontrar mecanismos de articulação que dessem conta dos desníveis existentes entre eles e as demais nações lusófonas, ou seja, Brasil e Portugal. Tornou-se, de fato, complexo para as nações africanas por um lado, estabelecerem prioridades na sua extensa pauta de necessidades e preocupações e, por outro, fazerem com que, no empenho de criarem uma instituição, esta reflita as vontades de vários países.

Felizmente, hoje existe a CPLP que, com legitimidade e esforços, entra no segundo mandato, responsável por fortalecer os laços de cooperação econômica, política, social e cultural. Porém, alguns alertas deverão estar presentes: os países africanos de Língua Portuguesa fazem parte de um conjunto mais amplo da África subsaariana que, em sua maioria, vive agora uma terrível crise. Tal crise remonta ao passado colonial e ao crônico Subdesenvolvimento após o período da colonização, embora com tentativas – ainda não conseguidas – de implementação dos sistemas democráticos.

Em fins dos anos 60, países africanos obtiveram a independência, viveram momentos de euforia e a possibilidade de – através de políticas desenvolvimentistas, na maior parte não adequadas à sua realidade – participarem com real autonomia do conjunto das nações. Mas tal fato não aconteceu. Ao contrário, as su-

cessivas crises dos Estados independentes, o crescente endividamento e a extrema dependência destes em relação às antigas potências colonizadores, bem como a ineficiência de políticas, por estas sugeridas, levaram esses países à pane. O resultado foi: agravamento de trocas desiguais, aumento do espectro da fome, desemprego endêmico e a quase impossibilidade de, por si só, reverterem tal situação.

Com o fim da guerra fria e o término do confronto Leste-Oeste, novas expectativas se foram criando e com elas a ilusão de que a queda do muro de Berlim, só por si, levaria à paz perpétua e à era de desenvolvimento, da qual a África só se poderia beneficiar. Infelizmente, isso não ocorreu. A exclusão da África da nova ordem econômica que se desenhou e a sua permanência na periferia extrema tornaram-se mais evidentes. Suas estatísticas passaram a ocupar espaço cada vez maior na lista dos organismos de ajuda humanitária.

É neste ambiente de explosões sociais, crises políticas, fragmentações, guerras internas que a África subsaariana mergulhou e dela os países africanos de Língua Portuguesa são parte integrante. Por isso, é necessário que as futuras estratégias da CPLP levem em conta que a democratização da África, em geral, e dos países sob sua tutela tenham como timoneira a educação. Ela será o instrumento possibilitador de uma cidadania ativa e responsável, em que os cidadãos garantam o princípio de proximidade para assegurar a complementaridade entre o Estado e a sociedade civil e, por consequência, a sua dupla legitimidade.

Somente assim criaremos uma cultura de paz em que esta não signifique apenas a ausência da guerra, mas a construção de sólidos pilares, que sirvam de base à vivência de princípios e de valores de justiça plena, à diminuição de desigualdades e à criação de oportunidades.

Só desta forma afastaremos as visões do afro pessimismo e do afro otimismo, acreditando num afro realismo, em que, como escreveu Jérôme Bindé, “se desejamos que o amanhã não seja sempre tarde demais, a antecipação deve prevalecer sobre a adaptação, a ética do futuro deve vencer a tirania da urgência e o senso de partilha deve se impor sobre o egoísmo cego em que se embacam os novos *apartheids*”.

Entendemos serem estes alguns dos alertas que a CPLP, ainda jovem, tenha presente no seu crescimento.

José Octávio Serra Van-dünen – Filósofo, professor da Universidade Agostinho Neto, Angola, e mestrando em Sociologia do Programa de Pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Email: josvan@mtec.com.br

O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ÁFRICA

Maria de Lourdes Brandão

Depois da Independência de Angola, o Português quase desapareceu das escolas. Os políticos diziam que era a Língua do Colonialismo e, como tal, devia ser abolida. Mas o povo continuou falando Português, gosta de falar Português, preferindo-o às suas línguas nacionais. Hoje, apesar de faltarem escolas, professores, livros didáticos apropriados, ele firmou-se em Angola, porque é considerado um fator de unificação nacional, alarga o horizonte científico e cultural dos alunos e serve como meio de comunicação internacional. Os angolanos vão continuar falando Português no terceiro milênio.

O mesmo não se pode dizer quanto a Moçambique, onde ainda há, atualmente, cerca de 80% de analfabetos. Pressionado pelos seus vizinhos e por interesses econômicos, este país, que pertence à Comunidade Lusófona, entrou para a Comunidade Britânica das Nações. O Inglês tomou de assalto Moçambique, apesar das diversas instituições de nível universitário estarem a dar o melhor em prol da Língua Portuguesa.

No próximo milênio, nosso idioma corre perigo por lá, porque os jovens moçambicanos têm mais vantagem em aprender e falar Inglês. Seria necessário, para combater estes fatos, que o Governo de Portugal promovesse maciça campanha, ajudasse a construir escolas modernas, abrisse mais leitorados, concedesse mais bolsas de estudo a moçambicanos, possibilitando maior intercâmbio cultural entre os dois países. Igual perigo corre o Português na Guiné-Bissau, varrida por uma sangrenta guerra civil, e que se voltou para a França. Este país é considerado, agora, área francófona – e lá a nossa língua perde terreno dia-a-dia. Hoje, na Guiné-Bissau, apenas 10% da população fala Por-

tuguês.

Se as coisas continuarem assim, depois do ano dois mil, o idioma de Camões desaparecerá daquela nação. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe estão historicamente ligados à lusofonia e não os vamos perder. Mas estão a sofrer uma verdadeira tentativa de imperialismo lingüístico francês, o que também é assustador e deve ser combatido. Em Cabo Verde, o Crioulo é a língua nacional, enquanto o Português é a oficial, a que se ensina nas escolas. A lusofonia ancora-se no tempo-espaço. É a pátria sem fronteiras que o povo português criou e espalhou pelo mundo nos três continentes.

Para que a lusofonia se firme, é necessário, antes de tudo, que as nações consigam viver em paz – numa paz duradoura. E depois, que haja meios para que possam processar, normalmente, a cultura e o saber às crianças angolanas, moçambicanas, são-tomenses, cabo-verdianas e guineenses, criando-se infra-estruturas educativas que garantam a vitalidade do Português naqueles países no terceiro milênio.

Maria de Lourdes Brandão - Jornalista, escritora, poetisa luso-brasileira, com cinco livros publicados. Participou em junho de 1998 do V Encontro de Línguas Vivas, em Buenos Aires, esteve três vezes em Macau, inclusive em 97, no Congresso Internacional de Lusofonia, promovido pelo Elos Clube Internacional.

CABO VERDE NA VOZ LITERÁRIA DE MANUEL LOPES

Laurence Boccou

Na África, as literaturas lusofônicas começaram a sair do anonimato em fins do século passado, embora certos escritos africanos em Língua Portuguesa já datassem do XVI. Porém, eram textos ligados às transações comerciais dos diversos territórios colonizados por Portugal. Somente há menos de um século, o mundo aplaude a literatura daquelas regiões, destacando-se a produção cabo-verdiana lusográfica. Em verdade, Cabo Verde – arquipélago composto de dez ilhas e oito ilhotas, com uma superfície global de 4.033 km², com 450 mil habitantes, situado no Oceano Atlântico, próximo ao Senegal e ao sul das ilhas Canárias – participou do movimento intelectual que agitou as então colônias portuguesas da África.

Dotado de rica expressão estética por diferentes razões, Cabo Verde projetou-se no cenário lusofônico. Entre as principais causas, estão o papel histórico e a estratégica situação geográfica no cruzamento das rotas marítimas dos continentes africano, europeu e americano. Isso facultou o desenvolvimento da literatura local em meio a uma cultura multifacetada. Também a relativa proximidade da metrópole, se comparada à das outras províncias luso-africanas, permitiu o intercâmbio dos autores nativos com os metropolitanos.

Entre seus marcos literários, ressalta, em 1936, a revista *Claridade*, abrindo-se a caminhos modernistas. Pelas identidades climáticas e visões de mundo, os “claridosos” inspiraram-se nos escritores regionalistas do Nordeste brasileiro – sobretudo em Manuel Bandeira, Jorge de Lima, Jorge Amado, José Lins do Rego – já que a realidade de Cabo Verde se aproxima do universo agreste da literatura brasileira dos anos 30.

Com tons realistas, os “claridosos” destacaram a fome ligada a épocas da seca nas ilhas, gerando a emigração e, ao mesmo tempo, a insularidade, conjugada ao amor pela terra natal. Tal estética afastou-os das influências portuguesas, definindo formas mais específicas da sua identidade cultural. Permitiu, assim, que jovens poetas e escritores reivindicassem sua pertença às ilhas e ficassem também conhecidos além do arquipélago.

***Chuva brava* de Manuel Lopes**

Sendo a seca o maior flagelo da região, vários autores tematizaram-na. Entre eles, Manuel Lopes no romance *Chuva brava*, ao traçar a vida dos camponeses e dos habitantes de Ribeira das Patas, uma vila da Ilha de Santo Antão, enfatizando a ausência da chuva, chaga que não cessa de se abrir, para provar a coragem e a fé dos cabo-verdianos. A insularidade presentifica-se na forte ligação com a terra e no medo de enfrentar o mar, embora a emigração seja uma porta de saída mais suave do que a morte.

Dissecando os caracteres em torno do hostil fenômeno natural, *Chuva brava* mostra o conflito do personagem central, Mané Quim, jovem de uns 20 anos, trabalhador da terra, diante do impasse de permanecer na ilha ou deixá-la em decorrência da seca. Ele se sente preso ao solo na angustiante expectativa de uma chuva salvadora que não o permitisse partir. Nhô Joquinha, seu padrinho, ao contrário, emigrara e a sorte lhe sorria no Brasil. Próspero, retorna a Santo Antão e tenta convencer o afilhado da inutilidade de ficar num local cada vez mais estéril. Com o coração oprimido, Mané Quim, por fim, aceita afastar-se de Ribeira das Patas, da mãe e de Escolástica, amiguinha de infância.

Mas há uma frase que poderia talvez ser o lema do livro e da geração de *Claridade*: “Quem larga a terra perde a alma...” repetida por Nhô Lourencinho, figura patriarcal de simbólica ligação com o solo, apesar das dificuldades climáticas e econômicas. Já antes de partir, Mané Quim é invadido pela saudade, esta indefinível nostalgia particular aos lusófonos.

Depois, a chegada a Porto Novo lhe destrói o ser. Procura ali as montanhas natais, sentindo-se pequenino diante do

canal marítimo que o separa de S. Vicente. E, na véspera da viagem para a ilha vizinha – ponte para a grande travessia – é salvo por uma chuva magnífica, renunciando, finalmente, ao futuro exílio.

Salpicado do simbolismo dos quatro elementos – ar, água, fogo e terra – *Chuva brava* evoca os problemas de Cabo Verde. Apesar da pungente nostalgia, a narrativa desvela a força do homem diante das intempéries. No romance seguinte, *Os flagelados do vento leste*, Manuel Lopes descreve uma terra que sofre torrenciais chuvas, época em que o povo do campo se delicia com as águas, antes de sofrer, de novo, o drama da seca.

Laurence Boccou - Professora de Letras Lusofônicas, formada pela Université de Haute Bretagne, Rennes, França, com trabalho de *maîtrise* sobre Cabo Verde e a obra de Manuel Lopes. Tradução de Dalma Nascimento.

A SAUDADE E O APELO DO REGRESSO

Luisilda Lobo e Guevara da Cruz

Somos estudantes cabo-verdianos de áreas diversas – Engenharia, Informática, Letras, Ciências Sociais, Direito etc. – num total de 250 jovens sediados no Estado do Rio. Chegamos ao Brasil, vindos daquele arquipélago, que se divide em dois grupos de ilhas: Barlavento, ao norte, composto por S. Vicente, S. Nicolau, Santo Antão, Santa Luzia, Boa Vista e Sal, além dos ilhéus Pássaros, Branco e Raso e Sotavento, ao sul, com Santiago, onde fica a capital, Maio, Fogo, Brava e os ilhéus de Santa Maria, Luís Carneiro, Sapado, Grande e Cima.

Partimos à busca da realização de um sonho há muito almejado, tendo o mar pela frente: viajar a terras distantes, para aprimorar conhecimentos e aplicá-los no desenvolvimento de nosso país, Cabo Verde, independente do jugo português desde 5 de julho de 1975, após lutas e esperanças concretizadas, tendo como um dos líderes Amílcar Cabral, assassinado pouco tempo antes da libertação.

Aqui no Brasil, para que houvesse maior elo entre nós, e o amor à terra, comum a todos, não se esvanecesse, recentemente fundamos a Associação dos Estudantes Cabo-verdianos do Estado do Rio de Janeiro, com sede provisória na Praia João Caetano, em Niterói.

A existência de uma língua comum – o Português – entre Cabo Verde e o Brasil contribuiu para nossa integração à comunidade brasileira. Amizades logo se efetivaram, não ocorrendo o famoso choque de culturas entre povos diversos. A única diferença reside em certos traços relativos ao nosso sotaque mais próximo à pronúncia de Portugal. Em outros âmbitos, o tipo de vida dos habitantes daqui se assemelha ao de nossas ilhas.

Embora adaptados, preservamos as raízes insulares, como

comprovam os eventos, revivendo o sentimento da pátria. Para celebrar a data da nossa independência, o Museu do Ingá dedicou a Cabo Verde o dia com conferências e exposições. No último 14, a biblioteca, o setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, ambos da Faculdade de Letras da UFRJ, e a nossa associação promoveram o encontro Cabo Verde: Cantos e encantos de um arquipélago, com professores, estudantes brasileiros e cabo-verdianos. Nosso grupo apresentou danças e músicas típicas, seguidas de palestras e poemas declamados de autores nativos. Para 22 de agosto, programamos em S. Gonçalo exposição de fotos, de trajes, além de músicas e comidas locais.

Possuímos fortes traços culturais, inclusive no campo musical, destacando-se a Morna, com letras relativas à saudade, à perda e ao amor, na língua materna, o Crioulo, e ritmos particulares a cada ilha, entre eles, o Batuque, o Funaná, o Cola san jon, dança que lembra as quadrilhas juninas brasileiras. Em termos de comida, é célebre a Catchupa, feita à base de milho, feijão, carne seca, lingüiça, legumes e tubérculos. Nossas praias oferecem belas paisagens e, quanto ao povo, somos de brandos costumes, infensos à violência, hospitaleiros, alegres, sempre celebrando a vida, apesar de a seca levar, por vezes, muitos a emigrarem. Mas todos ficam com a saudade da terra tatuada na alma, conforme nós mesmos, aqui no Brasil, sonhando voltar.

Luisilda Lobo - Estudante de Engenharia Eletrônica na Cefet-RJ, e Guevara da Cruz, estudante de Informática na UFF e atual presidente da Associação dos Estudantes Cabo-verdianos do Estado do Rio de Janeiro.

NOVAS COORDENADAS NA FICÇÃO DE ANGOLA

Laura Cavalcante Padilha

A leitura das obras ficcionais, produzidas principalmente entre 50 e 75 em Angola, deixa patente que o processo de independência política faz com que os produtores textuais se esforcem por reiterar o caráter antitético e antinômico do universo simbólico africano, se tomado como ponto de referência o paradigma branco-ocidental. Na literatura, portanto, dos chamados anos da guerra e, mesmo uma década antes deles, percebe-se, com clareza, que “ungido pelos mesmos poderes polêmicos do novo, o antiqüíssimo não é um passado: é um começo” (Octavio Paz).

Recuperar a tradição significa trazer para a cena do texto a marca da alteridade angolana, para com ela atingir-se, ao mesmo tempo, a modernidade e a descolonização da fala literária. Desse modo, como a crítica sobejamente aponta, os textos se fazem armas de combate, em duplo sentido. Dá-se, então, o processo de desterritorialização (Deleuze e Guattari, 1977), que significa um gesto de intervenção pelo qual um grupo minoritário se faz ouvir.

A literatura, assim pensada, recorre com freqüência a um conjunto de vozes coletivas e, de maneira insistente, a mensagens políticas. A diferença se torna o principal traço semântico das obras produzidas em tal contexto, pois elas, objetivando desconstruir o discurso colonialista, vão buscar estratégias distintas para se construírem como seu contrário.

Interessa-nos, já agora, questionar sobre a natureza dos procedimentos de que se vão valer os textos produzidos no pós-independência, ou seja, na nova correlação de formas estabelecidas pela dupla morte – do colonizado e do coloniza-

dor – momento também em que se abala irresistivelmente o edifício etnocêntrico. Depois de 75, vemos que se radicalizam os sinais da equação da diferença que perde seu valor negativo, para constituir-se uma presença significativa, sempre reafirmada de modo coletivo. O gueto deixa de ser visto como minimização, transformando-se em força realimentadora do sujeito, cuja fala cultural dela se nutre. Mas admitir a semântica da diferença não significa praticar a sintaxe da segregação ou da negação do outro, mas dar visibilidade às contradições existentes nas convenções próprias ou alheias.

Assim, ao assumir-se como sujeito da nova fase histórica, o angolano não deseja a solidão cultural, ou mesmo propor uma volta às origens. O outro, depois dos séculos XV e XVI, fincou o seu “padrão” não só na terra africana, mas no próprio imaginário. A Língua Portuguesa, imposta como forma de elidir a diferença por parte do dominador, passa a ser, por exemplo, pertença do patrimônio cultural angolano, principalmente, mas não só, quando se pensa a questão do vetor alto dessa cultura. Faz-se primeiro por imposição e, depois, por escolha política após 75, a língua oficial de Angola.

Tal fato não é sinônimo, no entanto, da aceitação do etnocentrismo ou de sua fatalidade, pelo contrário, mas uma força nova que, como presença em ato, grita um mesmo que é, para sempre, um outro. Neste jogo de presença e ação firma-se um pacto ficcional dos mais instigantes em nosso século. Que o leitor brasileiro possa vir a conferi-lo é o desejo de todos nós, que sabemos da importância do traço dessas novas coordenadas simbólicas.

Laura Cavalcanti Padilha - Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense, e sua atual diretora, doutora em Literaturas Africanas, presidente da ANPOLL, conferencista e autora do livro *Entre voz e letra - O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX* (EDUFF, 1995).

LÍNGUAS AFRICANAS EM CONTATO COM O PORTUGUÊS (Breve nota sobre o caso angolano)

Leodegário A. de Azevedo Filho

Sobre a questão das línguas africanas em contato com o Português, faz-se necessária uma reflexão preliminar, situando-a no vasto campo da sócio – e da etnolingüística. Tratando-se de línguas em contato, como são as numerosas línguas africanas diante da Língua Portuguesa, mais tarde se abriram espaços sociais e étnicolingüísticos para as literaturas africanas escritas em Português, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX.

É sabido que coexistiram línguas nativas ao lado das línguas da colonização, ambas recebendo empréstimos recíprocos de adstrato. Tais espaços que, de início, foram plurilíngües e, às vezes, bilíngües, transformaram-se em locais de intenso hibridismo, de tal forma que o sistema lingüístico do Português começou a receber influxos fônicos, morfo-sintáticos e semânticos dos idiomas africanos, num processo sócio-e etnolingüístico de variedade e de variação, dentro de um meio social ou de uma cultura específica, ainda não suficientemente estudado.

De início, o Português se apresentou como língua política ou administrativa, usada por uma minoria de funcionários (em Angola, por exemplo) que recorreram a intérpretes para a comunicação com o povo, em sua maioria, falando apenas várias línguas nativas. Informa o professor Salvato Trigo, no ensaio “Diglossia e literaturas africanas de expressão portuguesa”, que aí já aparecem marcas de criouliização, com “a simplificação de processos gramaticais e a redução do leque vocabular ao mínimo indispensável, para que a comunicação se dê”. Tais crioulos, em geral, são portugueses apenas pela base lexical, mas já o não são pela gramática

por força da interpenetração dos sistemas de línguas em contato. E daí se formam, naturalmente, dialetos mistos ou híbridos.

Essa é a situação específica do Português em Angola, que aliás não se confunde com a situação diferenciada do Português e de sua implantação social nas demais nações africanas. Já nos fins do séc XV, havia uma ligação permanente entre Portugal e o reino do Congo, e isso logo depois da viagem de Diogo do Cão, em 1482, chegando-se às Pedras de Lelalá. Tal fato intensificou-se no XVI, com intercâmbio cada vez maior entre portugueses e povos quicongos até o XVII, como indica Salvato Trigo, no aludido estudo. E acrescenta “que a Língua Portuguesa era já conhecida do reino do Congo ao reino do Dongo, passando pelo reino da Matamba e penetrando bem no sertão, graças, sobretudo, à ação divulgadora dos pombeiros que, inicialmente, eram portugueses que se embrenhavam no interior para o resgate de escravos e depois passou a ser designação dada a mercadores negros”.

No séc. XVII, o Português já era falado em Angola, mas sempre ao lado das línguas nativas, estando, no séc. XIX, em franco hibridismo lingüístico. Nos centros comerciais importantes, assinala ainda Salvato Trigo, como Mpinda (no Congo), Luanda, Dondo e Benguela, desenvolveu-se uma sociedade bilíngüe ou multilíngüe. Não admira, pois, que a literatura angolana em Língua Portuguesa se iniciasse nos meados do séc. XIX, quando o prelo foi instalado naquela colônia africana, embora só a partir da década de 1930 se afirmasse em termos nacionais, graças às condições de sócio-etnolingüísticas então existentes, como se vê na antologia *Poesia angolana moderna* (Bari, Adriática, 1981), organizada e prefaciada por Fernanda Toriello, entre outras fontes.

VIRGÍLIO DE LEMOS

Pesquisa dos alunos do Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UFRJ

Virgílio de Lemos, um dos grandes nomes da poesia de Moçambique, foi um dos fundadores, em 1951, da Revista *Msafo*, marco renovador da poética moçambicana, que até então se pautara pelos cânones da Literatura Portuguesa, imposta pela política assimilacionista da colonização.

Sua produção poética em Moçambique, entre 1944 e 1963, se fez sob a heteronímia, tendo escrito como ele mesmo e através dos disfarces das máscaras literárias de Duarte Galvão (de 1951 a 1959), de Bruno dos Reis e de Lee-li Yang (de 1950 a 1953). Virgílio participou da resistência moçambicana, tendo colaborado em um jornal de esquerda.

Os poemas de *Tempo agreste*, de Duarte Galvão, um dos seus heterônimos, é o mais preocupado com o social. Em 1960, esses textos foram publicados na antologia *Poemas do tempo presente*, apreendida pela PIDE, a polícia de Salazar. Preso em 1961, ao ser libertado, Virgílio foi viver em Paris, onde reside há 35 anos, tendo sido jornalista, embora nunca tenha deixado o ofício de poeta.

Alguns críticos dividem a sua obra em dois grandes momentos: o do lirismo reivindicativo de busca das matrizes moçambicanas da poesia e o do lirismo cosmopolita, do desenraizamento, da expressão sintética, incisiva, construída por intermédio de metáforas inesperadas e surreais. Na verdade, esses momentos não são tão estanques, pois sua estética se organiza por ciclos e subciclos que se movimentam em espirais.

Ele próprio diz que “seu barroco é estético”, pois consiste na sedução da vertigem e na rebeldia de ritmos, imagens, sintaxes. Poeta bilíngüe, publicou três livros em francês: *L'objet à trouver*

(1988), *L'obscene pensée d'Alice* (1989) e *L'aveugle et l'absurde* (1990). Em Português, figura em várias antologias, tendo ainda cerca de 700 poemas que aguardam uma edição.

PARTE IV

Brasil em transição



Índice da Parte IV

Quem tem medo do protecionismo industrial? Maria Antonieta P. Leopoldi	135
Os direitos da criança e do adolescente no século XXI Estela Scheinvar	139
Globalização financeira e hegemonia americana Luís Fernandes	141
No limiar de um novo tempo Rivo Gianini	143
Prognósticos para o Brasil Maria Jacintha Sauerbronn de Mello	145
Mercosul e empresariado Alberto Carlos Almeida	147
O Direito na sociedade brasileira no próximo século José Ribas Vieira	149
O cidadão brasileiro no terceiro milênio Lúcia Miranda Boaventura	151
Machado de Assis visita <i>O Correio</i> e fala do Brasil em transição Iterbio Galiano	153

QUEM TEM MEDO DO PROTECIONISMO INDUSTRIAL?

Maria Antonieta P. Leopoldi

Vivemos hoje um momento de mudança de direção do modelo industrial, que se estruturou ao longo deste século no Brasil. Nele, o protecionismo tarifário e cambial generalizado foi a melhor estratégia disponível para propiciar a industrialização rápida. Mas esse momento da história da indústria brasileira parece ter-se encerrado.

A política industrial hoje se confunde com a política de comércio exterior e desce ao nível local com a guerra fiscal entre os estados ávidos para atrair novos investimentos produtivos para suas regiões. Ela passou a significar a reestruturação industrial, a busca de eficiência e de competitividade das empresas e de seus produtos. Neste novo contexto, a palavra protecionismo ganhou significado pejorativo. Deixou de referir-se a políticas de estímulo ao crescimento de todo o setor industrial para designar a proteção a empresas privilegiadas, a “cartórios”, a setores obsoletos.

No entanto, o futuro da indústria brasileira, que está sendo gestado nos anos 80 e 90, não pode deixar de lado o seu passado, onde Estado, protecionismo e liderança empresarial foram elementos determinantes para o arranco desenvolvimentista da era da industrialização por substituição de importações. A trajetória do protecionismo industrial começou há mais de um século no Brasil, quando a indústria nascente no Rio de Janeiro lutou, junto ao governo, por medidas tarifárias para sobreviver à concorrência dos produtos europeus. Foi na era Vargas (1930-1945) e depois na década de 50 que se definiu a opção por uma política de desenvolvimento fundada no protecionismo industrial. Nessa fase, a política cambial, muito mais que a tarifa, centralizou a política de proteção à indústria.

O governo militar (1964-1984) retomou o referencial global desenvolvimentista, viabilizando uma estratégia de crescimento industrial com endividamento externo, que lançou o Brasil num novo patamar industrial, mas que teve como contrapartida uma década de recessão e de crise da dívida externa. Para crescer a taxas de 11% ao ano na fase do “milagre” (1968-1974), o Estado usou de variadas formas de proteção industrial: tarifas, subsídios, créditos governamentais e externos, preços controlados dos insumos industriais, política de exportação de manufaturados entre outros. Foi a alocação autoritária da proteção a grupos ineficientes que conferiu caráter negativo ao protecionismo industrial. A onda neoliberal dos anos 80 reforçou ainda mais a carga negativa contra o papel protetor do Estado.

A mudança de regime em 1985 traz uma alteração no referencial que orienta a política industrial. A idéia de protecionismo é rejeitada como mais um traço do entulho autoritário de que a Nova República procura se desfazer. Os novos referenciais de crescimento apontam agora para o enxugamento do Estado (privatização, desregulamentação). Mas frente à urgência de promover a reestruturação industrial, quem se ocupará de orientar e de financiar as empresas neste novo ciclo industrial? Quem treinará o novo trabalhador e realocará trabalho para os que são excluídos deste novo ciclo? Quem enfrentará os embates comerciais na Organização Mundial do Comércio, que podem levar à destruição de setores inteiros da economia brasileira? Quem poderá estabelecer os limites para a entrada do capital estrangeiro e dos produtos concorrentes para que não ocorra aqui uma desindustrialização?

Estas são tarefas para um novo Estado, em processo de reforma. Uma nova coalizão de interesses de empresários industriais locais com a burocracia governamental pode dar lugar a num novo protecionismo. Não mais um protecionismo generalizado, mas um conjunto de políticas setoriais que defendam a indústria brasileira, estimulem a competitividade, apoiem a reestruturação das empresas sem causar danos sociais, criem barreiras setoriais de proteção comercial, formulem políticas de emprego e requalificação do trabalhador e teçam uma nova rede de seguridade social.

A política industrial sob o novo protecionismo vai depender de novos formuladores de referenciais, que, como no passado, virão das agências burocráticas, das lideranças empresariais, dos quadros universitários e das instituições sociais. Eles poderão sair também do Congresso, organismo que ganha cada vez maior importância nas decisões sobre o que mudar, em que direção mudar e como mudar.

Tudo indica que os novos formuladores não virão dos partidos políticos, pois estes não se têm mostrado capazes de formar novos quadros, nem de construir uma visão própria sobre o futuro da sociedade brasileira. Este é o grande dilema do Brasil hoje, uma vez que as grandes mudanças de referencial contemporâneas, na Inglaterra de Thatcher e de Tony Blair ou na França de Mitterrand, tiveram origem em partidos políticos.

Maria Antonieta P. Leopoldi - Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF e do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, ligado à Fundação Getúlio Vargas. Doutora em Ciência Política pela Universidade de Oxford.

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO SÉCULO XXI

Estela Scheinvar

Os balanços pedagógicos do fim deste milênio apontam para práticas dogmáticas hegemônicas de exclusão e de submissão. O acúmulo de conhecimento produzido pela civilização ocidental e a pluralidade cultural têm sido pasteurizados e filtrados em nome de poderes políticos, tendo como resultado a exclusão através do silenciamento. Verdades míticas descoladas de processos, fatos distantes decretados como “a nossa” história são alguns dos princípios pedagógicos incorporados no cotidiano. Não é um acaso, portanto, a falta de participação, de contestação, de questionamentos, mesmo nos tempos mais duros. O conhecimento não é transmitido como um produto de processos concretos e palpáveis, datados e localizados. Assim, o indivíduo é tido como um sujeito distante, alheio e receptor, onde suas problemáticas não são históricas, mas “pessoais”. História é o que os “donos do saber” decretam.

Transformar este panorama é tarefa para um novo milênio. Alguns subsídios o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – coloca. Este instrumento legal confere Direitos à população de 0 a 17 anos. Porém, distanciando-se de promessas messiânicas desmobilizadoras, propõe formas de intervenção concretas para a sociedade civil na gestão da política pública.

Conferir a relação de cidadania para setores tutelados na modernidade implica em um desafio pedagógico. Construir relações de cidadania é uma conquista. Neste nível, acima de qualquer promessa, o ECA é o chamamento da sociedade civil para que, definindo quais seus conflitos e compreendendo as condições em que se produzem, se busquem formas de

enfrentá-los, participando democraticamente da construção de novas realidades, através dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conhecimento e participação vão de mãos juntas. Tarefa nada fácil. O ECA não é uma doação, é um apelo civil. Para isto, tem-se pela frente, mais um milênio.

Estela Scheinvar - Mestre em Sociologia pela Universidade Nacional Autônoma do México, socióloga do SPA/UFF e doutoranda em Educação.

GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E HEGEMONIA AMERICANA

Luís Fernandes

As feridas abertas pela crise financeira iniciada na Ásia ainda estão longe de se cicatrizar. O risco de ataques especulativos sobre os chamados “mercados emergentes” persiste como fator de instabilidade no sistema financeiro internacional. Para garantir a estabilidade das suas moedas nacionais e a continuidade das aplicações de capital estrangeiro, os países em desenvolvimento (o Brasil, inclusive) têm sido forçados a desviar investimentos públicos fundamentais nas áreas da educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia para realizar os lucros de grandes especuladores internacionais. Tudo para atender às chamadas “exigências da globalização” Mas, afinal, que globalização é essa?

Para muitos observadores a crise financeira do segundo semestre do ano passado constitui o exemplo definitivo da “globalização”. Por trás desta constatação está uma noção muito difundida hoje: a de que o mundo estaria vivendo uma nova etapa de desenvolvimento em que o grande capital se descola das economias nacionais e adquire uma natureza essencialmente global, limitando o poder político e regulatório dos estados nacionais.

Este processo estaria mais adiantado, precisamente, na área financeiro-monetária, constituindo um mercado global plenamente integrado que opera (via telemática) de forma contínua e em tempo real, sem qualquer constrangimento e/ou regulação de autoridades nacionais ou organismos multilaterais. A presente crise financeira mundial seria expressão disto.

Mas, será mesmo? O colapso do regime financeiro-monetário internacional de Bretton Woods (ancorado na paridade fixa do dólar para com o ouro) nos anos 70 levou ao surgimento de três áreas monetárias principais na economia mundial, polarizadas, respectivamente, pelo dólar norte-americano, pelo marco alemão e

pelo iene japonês. As relações entre estas três áreas, no entanto, estão muito longe de serem simétricas ou equilibradas. O dólar continua sendo responsável por 80% das operações mundiais interbancárias, 75% das operações dos mercados internacionais de capitais e dois terços do comércio mundial e das reservas internacionais.

Como a emissão do dólar é monopólio do Estado norte-americano, isto confere às autoridades políticas e econômicas dos Estados Unidos um formidável (e nada “limitado”) poder de interferência sobre a operação do sistema financeiro mundial. A própria escalada de liberalização e desregulação financeira, que varre o mundo há quase duas décadas, tem por base o protagonismo político dos Estados Unidos, que, enquanto potência dominante, busca relançar a sua hegemonia via a instrumentalização unilateral das posições de força ocupadas pelo dólar na economia mundial.

Este protagonismo visa, justamente, a abrir mercados mais amplos para o seu capital, forçando o resto do mundo a desmantelar instrumentos fundamentais de soberania nacional e proteção social. Nos marcos da crescente internacionalização do capital na esfera financeira, a crise iniciada na Ásia não atingiu o mundo por igual. Ela vitimou – e segue vitimando – principalmente os chamados “mercados emergentes” (a dos países em desenvolvimento que optaram por moldar seus sistemas financeiro-monetários nacionais às exigências de maior mobilidade internacional para o capital) e o Japão. Podemos vislumbrar, como consequência, a intensificação da maré liberalizante em uma área do mundo que se tinha mantido refratária a ela até aqui: a Ásia. De modo geral, a crise aponta para a intensificação combinada da hegemonia norte-americana e da vulnerabilidade dos países em desenvolvimento.

E quanto ao povo? Ah! este, segundo a lógica dominante, “é apenas um detalhe...”

NO LIMIAR DE UM NOVO TEMPO

Rivo Gianini

Ao longo da nossa História, a literatura em termos do futuro do Brasil é muito rica. O primeiro documento oficial, elaborado por Pero Vaz de Caminha, já afirmava o teor prodigioso da terra recém-descoberta. Em nosso século, nos anos 20, Afonso Celso ratificava tal impressão ao escrever *Porque me ufano do meu País*. De lá para cá, Sérgio Buarque de Holanda discorria sobre a nossa cordialidade no consagrado *Raízes do Brasil* e Gilberto Freire na trilogia *Casa grande e senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso* interpretava, com peculiar otimismo, as bases sociológicas do brasileiro.

Stephan Zweig, escritor austríaco que residiu em Petrópolis, legou nos anos 40 o *Brasil, país do futuro*, enaltecendo as virtudes de uma nação destinada a se transformar numa grande potência. Em meio a essas diversas leituras do Brasil, o francês Jacques Lambert desvelou, em estudos e pesquisas, um país de grande potencial, mas também de grandes contrastes, o que o levou a escrever *Os dois Brasis*, onde apontava contradições econômicas e sociais que até hoje persistem.

Darcy Ribeiro afirmou no excelente e oportuno *Povo brasileiro* – a formação e o sentido do Brasil que “os brasileiros são hoje um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos. Não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado. Estamos abertos para o futuro”. Acrescenta ainda Darcy que “nosso destino é unificarmos com todos os latino-americanos por nossa oposição comum ao mesmo antagonista, que é a América anglo-saxônica, para fundarmos, tal como ocorre na comunidade européia, a nação latino-ame-

ricana sonhada por Bolívar”.

Dessa forma, apesar de todas as dificuldades (anões do orçamento, fraudes do INSS, precatórios, compra de congressistas para apoiarem o governo, a impunidade generalizada, a exclusão social que penaliza a maior parte dos brasileiros), estamos construindo e por certo construiremos, a nação rica, democrática, socialmente justa, material e espiritualmente desenvolvida de amanhã.

Rivo Gianini – Professor adjunto da UFF e de Pós-graduação da Universidade Católica de Petrópolis, presidente do Comitê da Aliança Francesa de Niterói, diretor regional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação e subsecretário municipal de Desenvolvimento de Niterói.

PROGNÓSTICOS PARA O BRASIL

Maria Jacintha Sauerbronn de Mello

“As condições de existência determinam a consciência”. Esta frase nos ajuda a compreender as contradições que tornam nebulosos os prognósticos para o Brasil do próximo milênio. Tema que se constitui emquete permanente entre cientistas políticos, filósofos, economistas e artistas, o futuro do país preocupa a todos que se consideram agentes da História.

País mestiço, o Brasil surge, no cenário mundial, do intercuro de três culturas distintas – índios, africanos e europeus – e se caracteriza pelo sincretismo cultural. A miscigenação de povos etnicamente tão heterogêneos assinalou-se pela violência, escravidão, assassinatos e toda sorte de exploração e desigualdades sociais.

Nossa extensão territorial levou os “invasores”, ou “colonizadores” a investirem na agricultura, assim como a riqueza do solo sugeriu a mineração, marcando a História com os ciclos da cana, café e ouro, onde o braço escravo era a principal ferramenta de trabalho.

Desde o início a organização social se fundamenta na divisão de classes, cabendo à elite dominante – branca, rica e educada – todos os privilégios e direitos, em detrimento da grande massa popular de escravos africanos e índios. Historicamente, e até hoje, a falta de poder aquisitivo expropria o operário da produção, mantendo os trabalhadores – rural e urbano – alienados e alijados do mercado financeiro, cujo objetivo é atender à demanda externa, e aumentar o lucro empresarial.

O deslocamento da vida cultural para a colônia, provocado pela invasão napoleônica, gerou a opulência de algumas cidades – Ouro Preto, Salvador, Olinda, Rio de Janeiro – mas os privilégios permanecem restritos à elite minoritária, sem mudanças na estrutura social, onde são nítidos os limites entre a “casa grande e a

senzala”. Hoje, a globalização introduz um caráter de permissividade, de vale-tudo como regra do jogo na livre concorrência do mercado econômico, agravando as diferenças de classes – ricos e pobres – que submissos, violentados obedecem à lei do mais forte. Desempregados, favelizados, sem escolaridade, somos marginais no processo de desenvolvimento econômico mundial e vendemos o Brasil em pedaços.

O desamparo, insegurança, violência e criminalidade caracterizam a miséria da população brasileira, conflitando com o luxo em que vive a elite do poder. Tomar consciência da realidade e participar de movimentos que favoreçam a expressão de nossos valores morais, espirituais e estéticos é atender às legítimas necessidades do povo brasileiro na virada do século.

MERCOSUL E EMPRESARIADO

Alberto Carlos Almeida

“A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente”.

“Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam, para sua satisfação, os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material, como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis”. Karl Marx, *Manifesto do Partido Comunista*

Marx não viveu para ver a formação e consolidação do Mercosul. todavia, as passagens acima, retiradas de seu escrito mais popular, mostram que ele foi, ao menos nesta área, um visionário. De fato, existem abundantes evidências empíricas que revelam que a formação e consolidação do Mercosul tende a encontrar poucas resistências da comunidade empresarial. Mais do que isso, as visões e ações empresariais tendem a contribuir positivamente para a integração.

Considero que isto ocorre porque cada investimento empresarial em um outro país do bloco político e econômico, assim como cada contrato de importação e exportação já são ações que aprofundam a integração. Estas ações não dependem da vontade de nenhum governo em particular e geram outras inúmeras ações que reforçam a integração, são os chamados *spill-*

over effects.

Não há dúvidas de que os dirigentes empresariais são atores-chaves no processo de integração. O sucesso desta em muito depende das escolhas daqueles. Mais investimentos externos e mais comércio exterior levarão os governos, como já vêm fazendo, a tomar medidas que integrem mercados que antes eram unidades em separado. É possível argumentar que os mercados nacionais não surgiram de forma natural, sua gênese em muito dependeu da ação do Estado. Este impôs o mercado aos grupos que a ele resistiam. Contudo, no que tange à formação de mercados únicos, somatório de vários mercados nacionais, parece que o processo é diferente. Não é mais o Estado que antecede o mercado, mas agora é o mercado que antecede o Estado.

Os blocos políticos e econômicos, formados por grupos de países, tornam-se mercados únicos, ou ao menos caminham antes nesta direção, para só então passarem a considerar a necessidade da criação de instituições supranacionais ou intragovernamentais. As atividades econômicas andam em ritmo mais veloz do que as ações políticas, por exemplo, antes de se considerar a necessidade de um Estado supranacional, com instituições que façam valer leis e regulamentos, constitui-se um mercado que tenha uma moeda única.

Considerando-se que, neste processo, os dirigentes empresariais são os atores que definem o ritmo e o nível da integração, e baseado nos dados aqui apresentados, pode-se afirmar que a integração do Mercosul tende a se aprofundar, a se acelerar. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estão submetidos a este fenômeno social.

Alberto Carlos Almeida - Professor do Departamento de Ciência Política da UFF, membro do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência e doutor em Ciência Política.

O DIREITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO PRÓXIMO SÉCULO

José Ribas Vieira

Em 1997, o jurista e filósofo espanhol Antônio Perez de Luño organizou uma obra seletiva, na qual vários autores europeus desenharam os cenários possíveis das mudanças das ordens jurídicas de seus respectivos países no terceiro milênio. Podemos contar com informações preciosas, entre outras, a respeito, por exemplo, de *Tecnologia e o Direito*, *Democratização do Direito Constitucional*, *Ética* etc..

É fácil constatar que, na nossa sociedade, está-se carecendo de promover uma reflexão para traçar o perfil do jurídico. Para estimular o debate, gostaríamos de apontar algumas possíveis tendências. Tendências estas que estarão, em realidade, contraditoriamente articuladas entre si.

Assim, fatalmente, a estrutura do Direito em nosso país caminha, como em outras sociedade, para desregulação estatal. Haverá, cada vez mais, o fortalecimento da vontade das partes. Isto é, a presença do contrato será, progressivamente, hegemônico como núcleo de uma nova regulação jurídica. Pistas desse futuro próximo encontram-se, também, nas negociações diretas ou mecanismos novos de mediação de conflitos. A disciplina do juizado arbitral e a instituição dos juizados especiais civis e criminais representam, já, o anúncio dos novos tempos.

O impacto da internacionalização econômica (globalização) acarretará, materialmente, o predomínio maior do Direito Internacional em todos os seus aspectos sob o Direito Interno. Em consequência, percebe-se como a categoria contrato ampliada facilitará, mais ainda, as trocas de bens num mercado planetário.

Numa outra ponta, visualiza-se a presença de organizações internacionais como a “Organização Mundial do Comércio”

(OML), determinando as políticas de importação e exportação dos estados. Não deve ser esquecido o fenômeno de internacionalização da categoria de crime nas suas múltiplas formas (crime ecológico, crime financeiro e o narcotráfico) que exigirá instrumentos jurídicos acima do direito interno de combatê-las.

Numa contraposição a essa tendência “privada”, o Direito Constitucional abre perspectivas para o maior fortalecimento de uma leitura ética dos Direitos Fundamentais. Acrescente-se, também, que a teoria constitucional poderá abrir caminho para uma interpretação das normas da constituição com participação mais direta da própria sociedade.

Ao apontarmos essas tendências do nosso direito na vizinhança do novo milênio, compartilhamos do mesmo princípio de esperança de um mundo mais justo, como traduzem, aliás, os textos organizados por Perez de Luño.

O CIDADÃO BRASILEIRO NO TERCEIRO MILÊNIO

Lúcia Miranda Boaventura

Num motorista de táxi, percebi a revolta do cidadão comum que, não tendo cursado Direito, compreendia, porém, o absurdo a que é submetida a população brasileira na questão jurídica e clamava pela desobediência civil. Sua indignação começava com as normas absurdas do novo Código de Trânsito e terminava, ao comentar que, enquanto o prefeito contrata ex-PMs por R\$ 1.000,00 para fiscalizar o trânsito, professores e médicos municipais ganham a metade deste salário. E bradava: “O povo unido deve deixar de pagar impostos, só assim esses governantes e parlamentares vão mudar o modo de agir!”

Além das leis injustas, digeridas sem reação, o cidadão convive com o analfabetismo, a saúde e a educação sucateadas e um desemprego crescente. Ao mesmo tempo, vê um governo preocupado em socorrer bancos e pressionar o Congresso com verbas e cargos, para que aprove reformas prejudiciais à população, como a questão da aposentadoria ou leis que facilitem reeleger atuais governantes.

O brasileiro no Terceiro milênio precisa recobrar sua cidadania, interferir no processo administrativo, jurídico e legislativo. A escola na virada do século ensinará que o Estado foi criado para resolver conflitos entre cidadãos e assegurar direitos a todos, exigindo também de todos o cumprimento dos deveres. O Estado, na sua essência, não poderia compactuar com privilégios, nem com a perpetuação do poder.

O Príncipe de Maquiavel, que usava de todos os meios para justificar seus fins, não poderá ter mais lugar em nosso país, como ele já não mais existe em muitos lugares. O brasileiro do novo milênio precisa participar do governo através de fóruns próprios,

cobrar promessas de campanha, vigiar e sugerir o uso das verbas públicas. Cada bairro ou distrito delegaria a representantes a função de levar aos governantes, legisladores e juizes as deliberações de seus núcleos populacionais.

O cidadão do século XXI se sentirá pleno, quando perceber que o seu bem-estar só será completo se a população, como um todo, viver em condições dignas e for alçada à cidadania responsável e consciente.

Lúcia Miranda Boaventura - Professora de História do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, mestre em História da América pela UFF e coordenadora do “Projeto Leitura e Cultura”, do Projeto Ser Vivo.

MACHADO DE ASSIS VISITA **O CORREIO** E FALA DO BRASIL EM TRANSIÇÃO

Iterbio Galiano

Aguardamos ansiosos, na última terça-feira, a visita do maior dos escritores brasileiros, Joaquim Maria Machado de Assis, à redação de **O Correio**, para falar sobre o Brasil em transição ao novo milênio. Os minutos voavam e ele, nada de chegar. Ao cair da tarde, barulhos na escada. Era ele, a resmungar dificuldades para subir os degraus.

Descemos e, numa pequena, mas confortável sala, o recebemos, sem ofertar-lhe café, bebida proibida por seu médico. Ao pegarmos o gravador, o mestre tartamudeou: “Aí vindes, inquietas sombras.” Fingimos não ouvir e começamos a entrevistá-lo.

O Correio: Como o senhor vê o próximo século?

M.A: Tudo isto cansa, tudo isto exaure. Sou um arquiteto de ruínas. Registre isto na sua mente: segundo uma palavra antiga, nada existe que seja novo. A Lua não é outra Lua. O céu azul ou embrusado, as estrelas e as nuvens, o galo da madrugada, é tudo a mesma coisa. Ah! eterna repetição. Todos inventam o inventado. O próximo milênio e o Brasil irão por aí...

Tudo isso é descrença?

Farto de vendavais, naufrágios, boatos, mentiras, polêmicas. Farto de ver como se decompõem os homens, acionistas, diretores, importadores e industriais. Farto de mim, de todos, do silêncio sem quietação. Nesta sociedade de cumpadrismos, até nos negócios das águas a sujeira não é passada a limpo.

Aos governos da República faltam duas qualidades essenciais: majestade e dignidade. Os oficiais do Exército dividem com Deus a onisciência e com o Papa a infabilidade. A disciplina dos

partidos e a natural sujeição dos homens às necessidades e interesses comuns não podiam ser aceitas a um espírito que, em outra esfera, dispunha de soberana liberdade.

E a nossa literatura?

De poetas de trem. Quanto à minha carreira literária, está feita. Pra que atar as duas pontas da vida e restaurar na velhice a adolescência e derramar críticas e mais críticas?

Exercer a crítica afigura-se a alguns que é uma fácil tarefa, como a outros parece igualmente fácil a de legislador. Infelizmente, é a opinião contrária que domina, e a crítica, desamparada pelos esclarecidos, é exercida pelos incompetentes. Idéias sem pernas e idéias sem braços.

À entrada apressada da editora de textos de *O Correio*, Machado de Assis sorriu e acatou suas intervenções à entrevista.

E os nossos políticos?

Mire-se no espelho do alferes do meu conto: quem entra para a Política se transmuta, vira outro. O importante é ser medalhão, aparentar ser, brilhar e vencer na vida. Ao vencedor, as batatas! Ah! A vida é uma ópera.

Globalização ou mundialização?

Pode buscar a especiaria alheia, mas há de ser para temperá-la com o molho de sua fábrica. Para os entendidos, poucas palavras bastam.

No ano 2001, o amor será outro?

Não há como a paixão do amor para fazer original o que é comum e novo o que morre de velho. Todavia, a melhor definição do amor não vale um beijo de moça namorada.

Insistimos: e o Brasil em transição?

Pulhices! Como a Capitu da praia da Glória já estava dentro da de Matacavalos, o Brasil futuro já esta dentro deste aqui, como a fruta dentro da casca. Concluo que este mundo é um imenso tonel de marmelada.

Por hoje, basta. Despeço-me.



EDITORA ÁGORA DA ILHA
TEL.FAX.: 0 XX 21 - 393 4212
E-MAIL agorailh@ruralrj.com.br

